

ATA N.º 8/2022

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 6 DE ABRIL DE 2022:

No dia seis de abril de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas e dezasseis minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Roberto José Lopes Cortegano, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, foi convocado, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Roberto José Lopes Cortegano. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação

PONTO 2 – Aceitação de doação

PONTO 3 – Declaração de reconhecimento de interesse económico e social, no âmbito do n.º 3 do artigo 20º do Regulamento do PDM e ao abrigo do artigo 8º, do Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho, para a empresa Smartenergy

PONTO 4 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026

PONTO 5 – Constituição da Comissão de Vistorias - Atualização

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela para a realização do Mercado Caramelo

PONTO 7 – Cedência temporária de domínio público: Mostra de Vinhos de Fernando Pó e Mercado Caramelo

PONTO 8 – Acordo para a transferência de Passagem Superior Pedonal ao PK 18+856 da Linha do Sul

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro à Escola Secundária de Palmela – Projeto Cultural de Escola / Plano Nacional das Artes

PONTO 10 – Transferência de competências no âmbito da Educação – Delegação de competências nas/os Diretoras/es dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas

PONTO 11 – Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Palmela para o quadriénio 2021-2025

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 13 – Atribuição de apoio financeiro ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 14 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2021

PONTO 15 – Atribuição de apoio financeiro às Escolas no âmbito dos Jogos Desportivos Escolares 2021/2022

PONTO 16 – Preço de venda das Atas sobre Ordens Militares - Ratificação

PONTO 17 – Atribuição de topónimo em Miraventos – Freguesia de Palmela

Requerente: Joana Isabel Pereira Gomes. Processo: TOP-4648/2021. Local: Miraventos – Palmela.

PONTO 18 – Atribuição de topónimos no Lau – Freguesia de Palmela

Requerente: Junta de Freguesia de Palmela. Processo: TOP-78/05. Local: Lau – Palmela.

PONTO 19 – Atribuição de topónimo em Terrim – Freguesia de Pinhal Novo

Requerente: Maria Adelina Mendes Lemos Dinis. Processo: TOP-3744/2021. Local: Terrim – Pinhal Novo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DESPACHOS EMITIDOS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do urbanismo:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Dr. Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 14.03.2022 a 01.04.2022.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 15.03.2022 a 01.04.2022.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 15.03.2022 a 05.04.2022.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos de obras públicas:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados pelo/as Sr./as Presidente, Dr. Álvaro Amaro; Vereadora Fernanda Pésinho; e Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio, em matéria de processos de obras públicas, no período compreendido entre 15.03.2022 a 04.04.2022.

DESPACHOS EMITIDOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos processos despachados pelos Srs. Presidente da Câmara, Dr. Álvaro Amaro, e Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 16.03.2022 a 05.04.2022.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 16.03.2022 a 05.04.2022, no valor de 2.877.122,84 € (dois milhões,

oitocentos e setenta e sete mil, cento e vinte e dois euros e oitenta e quatro cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 7.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 05.04.2022, apresenta um saldo de 18.288.627,04 € (dezoito milhões, duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete euros e quatro cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 16.262.981,82 € (dezasseis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e um euros, e oitenta e dois cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.025.645,22 € (dois milhões, vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco euros, e vinte e dois cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Moção** (Proteção Civil – Pela criação de um Comando sub-regional da Península de Setúbal).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Moção** (Pelo reforço urgente de profissionais nas Unidades de Saúde do Concelho de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Moção** (Pela rápida investigação de crimes de guerra e apuramento de responsabilidades).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (Pedro Pablo Pichardo Peralta).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (João Bragadeste).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Leonor Parente).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (André Viana e Daniela Marreiros).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (Vinalies Internationales 2022 – Casa Ermelinda Freitas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (26.ª Edição Concurso Berliner Wein Trophy 2022 - Adega de Palmela | Casa Ermelinda Freitas | Sociedade Vinícola de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (30.ª Edição Grand International Wine Awards MUNDUS VINI Spring Tasting 2022) – Adega de Palmela | Casa Ermelinda Freitas.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Marta Filipa Caleira Nunes).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente apresenta a moção que se transcreve:

. **Moção** (Proteção Civil – Pela criação de um Comando sub-regional da Península de Setúbal).

"A lei orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), que entrou em vigor em 2019, prevê que a circunscrição territorial dos comandos sub-regionais corresponda ao território de cada comunidade intermunicipal. Nesse sentido, deverá ser extinto o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Setúbal, a funcionar em Palmela - tendo, no entanto, sido empossado um novo Comandante Operacional Distrital de Setúbal (CODIS), em dezembro de 2020. Os 17 corpos de bombeiros da Península de Setúbal serão integrados no Comando sub-regional da Área Metropolitana de Lisboa, instalado na sede da ANEPC, em Carnaxide, enquanto

os oito corpos do sul do distrito serão integrados no Comando sub-regional do Alentejo Litoral e no Comando Regional do Alentejo.

Tal como em muitas outras áreas, o distrito de Setúbal volta a ser penalizado por fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa e, apesar de já ter dado entrada, em Bruxelas, o pedido do Governo português para a criação de uma nova NUTS II Península de Setúbal, o território não poderá esperar pela sua implementação para reverter este novo desenho da proteção civil e segurança na região. A sua densidade populacional, a presença de alguns dos principais polos industriais e nós rodovias e ferroviários do país, um dos números mais elevados de ocorrências, a nível nacional, e a existência de bens naturais de grande relevo, como o Estuário do Sado e a Arrábida, merecem uma atenção especial e dedicada, que só um comando de proximidade pode garantir.

De igual modo, os corpos de bombeiros da região têm um longo historial de trabalho conjunto e cultura colaborativa, e os problemas com que se debatem, desde logo, ao nível da sustentabilidade financeira, só poderão agravar-se com o distanciamento que uma organização operacional além-Tejo representa. A Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal já se manifestou, aliás, contra a integração das corporações de bombeiros da Península de Setúbal no Comando sub-regional da AML, decisão que considera que «causará enormes constrangimentos na gestão operacional».

Sedeado no edifício dos Bombeiros Voluntários de Palmela, o CDOS de Setúbal há muito que vem lutando por melhores condições de trabalho. De forma a garantir a permanência do CDOS no Concelho, e indo ao encontro de um pedido da, então, ANPC, o Município de Palmela disponibilizou, em 2016, um terreno em Aires para a construção de novas instalações, que chegou a ser visitado pelo Secretário de Estado da Administração Interna à época, Jorge Gomes. A desafetação do domínio público municipal dessa parcela de terreno, com 3.873 m², para constituição de direito de superfície a favor da ANPC, foi aprovada nesse ano pela Câmara Municipal de Palmela e pela Assembleia Municipal de Palmela, sem que se tenham registado desenvolvimentos desde então. O Município tem contactado com a tutela, no sentido de confirmar o interesse na cedência do terreno, mas não recebeu, ainda, uma resposta clara, que permita uma decisão face à sua reserva ou libertação para outros fins.

Sem que haja uma data anunciada para o encerramento efetivo do CDOS de Setúbal e transferência de comando, a situação verificada na região é preocupante e de grande instabilidade, num contexto de pandemia e preparação da próxima época de incêndios, entre tantos outros desafios.

Reunida a 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **delibera**:

- Manifestar a sua discordância face à implementação do modelo territorial previsto na Lei Orgânica da ANEPC e consequente extinção do CDOS de Setúbal, com a integração dos 17 corpos de bombeiros da Península no Comando sub-regional da Área Metropolitana de Lisboa;

- Exigir um olhar atento sobre as necessidades e especificidades da Península de Setúbal e das suas corporações de bombeiros, que lutam por maior sustentabilidade e melhores condições para o desempenho da sua ação benévola e, na maior parte das vezes, voluntária;
- Sugerir que, face ao pedido já entregue pelo Governo português à União Europeia, com vista à criação da NUT II Península de Setúbal, a região possa ser tida em consideração, desde já, no desenho da estrutura operacional da ANEPC, através da criação de um Comando sub-regional da Península de Setúbal (evitando um processo penalizador, que poderá ter condições para ser revertido em poucos anos);
- Solicitar, uma vez mais, uma posição clara por parte da tutela, no que respeita ao interesse na cedência de terreno em Aires para a construção de novas instalações para o Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal (ou futuro Comando sub-regional);
- Dar conhecimento da presente moção a:
 - . Sua Excelência, o Presidente da República;
 - . Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;
 - . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
 - . Sua Excelência, o Ministro da Administração Interna;
 - . Sua Excelência, a Secretária de Estado da Proteção Civil;
 - . Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;
 - . Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
 - . Liga dos Bombeiros Portugueses;
 - . Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal;
 - . Comissão Distrital de Proteção Civil de Setúbal;
 - . Associação Nacional de Municípios Portugueses;
 - . Conselho Metropolitano de Lisboa;
 - . Comissão Sub-regional de Gestão integrada de Fogos Rurais da AML;
 - . Associação de Municípios da Região de Setúbal;
 - . Assembleia Municipal de Palmela;
 - . Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela;
 - . Associações de Bombeiros do Concelho de Palmela;
 - . Órgãos de comunicação social.”

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** apresenta a moção que se transcreve:

. Moção (Pelo reforço urgente de profissionais nas Unidades de Saúde do Concelho de Palmela).

"Assinala-se amanhã, 7 de abril, o Dia Mundial da Saúde, instituído pela Organização Mundial da Saúde. A propósito da efeméride, e num momento em que o Município de Palmela se prepara para assumir um conjunto de competências transferidas pela Administração Central, no âmbito da Saúde, impõe-se uma tomada de posição que dê corpo à reflexão que tem vindo a ser feita, ao nível interno e com a comunidade, e que exija respostas concretas face aos graves problemas que persistem no território e na região.

Os dois anos de pandemia que vivemos, até ao momento, colocaram em evidência a importância incontornável que sempre reconhecemos ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) e a urgência de reverter o longo ciclo de subfinanciamento a que vem sendo votado. A falta de condições físicas e humanas para uma resposta adequada e eficaz, com reflexos na degradação da medicina preventiva e da prestação de cuidados de saúde primários e no atraso de diagnósticos e acompanhamento de outras doenças, que ficaram para trás, têm conduzido a frequentes demissões de direções hospitalares e a pedidos de escusa de responsabilidade por parte de pessoal médico e de enfermagem. A reclassificação e o alargamento do Hospital de São Bernardo, bem como o reforço da contratação de profissionais de saúde, foram algumas das reivindicações apresentadas pelo Fórum Intermunicipal da Saúde no início deste ano, e na vigília realizada frente ao Hospital.

Ao nível dos cuidados de saúde de proximidade, o Concelho de Palmela continua a registar um grave défice de recursos humanos, que geram dificuldades no funcionamento das Unidades e Extensões de Saúde, em particular, fora dos maiores núcleos urbanos. Se em Olhos de Água, a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) parece ter sido definitivamente encerrada, tendo as/os utentes transitado para a UCSF de Pinhal Novo (Av.ª Zeca Afonso), em localidades como Poceirão, Águas de Moura ou Venda do Alcaide, os postos funcionam apenas alguns dias por semana, com situações de férias ou doença de pessoal médico ou administrativo a colocar em causa a prestação do serviço às populações. Em Brejos do Assa, o funcionamento da UCSP encontra-se, ainda, dependente da regularização por parte da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, de um contrato de arrendamento do edifício onde sempre funcionou a extensão, junto do novo proprietário.

Em Quinta do Anjo – a Freguesia que maior crescimento populacional registou no último CENSOS – para além do subdimensionamento das atuais instalações do Centro de Saúde, a situação agravou-se com frequentes baixas de pessoal médico e auxiliar, que não têm sido substituídos, registando-se uma dificuldade nunca antes sentida na marcação de consultas e atendimento, acentuando a já débil cobertura de cuidados de saúde.

A nova Unidade de Saúde Familiar (USF) Pinhal Saúde (Pinhal Novo sul) veio reforçar a resposta no maior núcleo urbano do Concelho e espera-se que a USF que se perspetiva para Quinta do Anjo dê contributo semelhante a esta Freguesia. No entanto, não obstante a luta das autarquias, comissões de utentes e populações e o empenho que o Município tem colocado na construção de soluções partilhadas com a tutela, com vista à concretização de equipamentos modernos, que correspondam às aspirações antigas das comunidades, é ao nível de recursos humanos que as necessidades mais se fazem sentir.

De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) da Arrábida, referentes a 2021, das/os 67.955 utentes inscritas/os no Concelho de Palmela, 17,6% não têm Médico de Família, número médio que engloba realidades tão díspares como o pleno da USF Pinhal Saúde ou, em sentido inverso, a ausência de médicos em Brejos do Assa. Em Poceirão, 38,2% das/os utentes não têm médico atribuído, em Quinta do Anjo, 35,7%, e no Pinhal Novo (Av.ª Zeca Afonso), 27,5%. No total, são mais de 11 mil as/os utentes sem médico. É urgente e incontornável a formação e o recrutamento de mais profissionais e a valorização de carreiras no SNS, uma das mais importantes conquistas de Abril, que permita atrair e fixar vocação e profissionais qualificadas/os. O problema é endémico e compete ao Governo/Ministério da Saúde, de uma vez por todas, resolvê-lo.

Face a estes considerandos, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 6 de abril de 2022, **delibera:**

- Exigir ao Ministério da Saúde a colocação urgente de médicos de família, enfermeiras/os e administrativas/os, que garantam o cumprimento dos horários de funcionamento, a cobertura plena de todas/os as/os utentes e a prestação de cuidados de saúde em igualdade de circunstâncias em todas as Unidades de Saúde do Concelho;
- Dar conhecimento da presente moção a:
 - . Sua Excelência, o Presidente da República;
 - . Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;
 - . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
 - . Sua Excelência, a Ministra da Saúde;
 - . Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
 - . Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
 - . Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida;
 - . Assembleia Municipal de Palmela;
 - . Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela;
 - . Associação de Municípios da Região de Setúbal;

- . Fórum Intermunicipal da Saúde;
- . Comissões de Utentes do Concelho de Palmela;
- . Comunicação social.”

Sobre a moção (Pelo reforço urgente de profissionais nas Unidades de Saúde do Concelho de Palmela) intervém:

O **Sr. Presidente** refere que sobre esta matéria, e parafraseando sua Excelência o Presidente da República, foi dada maioria absoluta um partido, mas também a um homem e na tomada de posse foi referido que existem condições excecionais para, sem desculpas ou álibis, poder e dever fazer-se aquilo que tem de ser feito nesta área. Há muitos anos que continua muito por fazer pelo que considera que é o urgente, de uma vez por todas, perceber-se qual é o plano que existe para toda esta região a sul da AML que é muito fustigada por questões de ausência de resposta ao nível dos cuidados básicos de saúde, mas, em particular no concelho de Palmela, que continua com uma média muito abaixo daquilo que são as metas da própria AML.

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** apresenta a moção que se transcreve:

. **Moção** (Pela rápida investigação de crimes de guerra e apuramento de responsabilidades).

“As imagens divulgadas nos últimos dias, de centenas de civis mortos nas ruas e em valas comuns de Bucha, subúrbio de Kiev, não podem deixar ninguém indiferente. Sendo a guerra, já de si, uma realidade brutal, para a qual não deveria haver lugar no mundo civilizado e desenvolvido que queremos continuar a construir, os crimes de guerra remetem-nos para um contexto ainda mais cruel, de verdadeira selvajaria e desumanidade, que não pode ficar impune.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, já pediu uma investigação independente, que leva à rápida prestação de contas. Entretanto, a Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet, afirmou que estão a ser analisados possíveis crimes de guerra e violações sérias do direito internacional humanitário e da lei de direitos humanos, no conflito em curso na Ucrânia, e exortou a que sejam tomadas todas as providências para a preservação da cena do crime e das provas, essenciais para identificar todas as vítimas, conhecer a causa exata de morte e informar as famílias.

Reunida a 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela delibera:

- Declarar-se, uma vez mais, contra todas as formas de guerra e de conflito, na Ucrânia e em qualquer ponto do mundo, considerando intoleráveis os crimes de guerra, contra civis ou militares, tal como os julgamentos sumários;

- Sublinhar a urgência de uma investigação internacional independente, rigorosa e imune à pressão das máquinas de propaganda e pressão de diversos quadrantes, que concorra para o efetivo apuramento de responsabilidades;
- Apelar ao desenvolvimento de iniciativas que conduzam a um rápido cessar-fogo e a uma solução negociada para o conflito, ao desarmamento na Europa e ao cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Propõe dar conhecimento da presente moção a:
 - . Sua Excelência, o Presidente da República;
 - . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
 - . Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
 - . Embaixada da Ucrânia em Portugal;
 - . Embaixada da Federação da Rússia em Portugal;
 - . Assembleia Municipal de Palmela;
 - . Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Palmela;
 - . Conselho Português para a Paz e Cooperação;
 - . Comunicação Social.”

Sobre a moção (Pela rápida investigação de crimes de guerra e apuramento de responsabilidades) intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** refere que o PS acompanha em parte as preocupações manifestadas nesta moção pois existem coisas que em parte demonstram alguma inteligência em querer dar a volta a algumas ideias, mas não pode passar sem fazer uma chamada a atenção. Todos são contra todas as formas de guerra, seja na Ucrânia ou em qualquer parte do Mundo e todos consideram intoleráveis os crimes de guerra contra civis ou militares com julgamentos sumários. Refere o Sr. Vereador que todos estes processos não cabem no mundo civilizado e muito menos no século XXI. Está completamente de acordo com a urgência de uma investigação internacional independente, rigorosa e imune a pressões; questiona quais são as máquinas de propaganda a que se refere a moção pois já se ouviu esta linguagem de outros atores, ela tem um sentido e os eleitos do PS não estão dispostos a acompanhar esse sentido. É referida a pressão de diversos quadrantes, mas para os mais atentos é claro de onde vêm as responsabilidades neste momento e quem é que tem feito e praticado a barbárie que está a acontecer todos os dias - com imagens que não deixam dúvidas para aquilo que está a ser feito ao povo ucraniano e não só; concorda que existe História e uma cultura na Europa que visa o desenvolvimento de iniciativas que conduzam a uma rápida solução que tem de ser negociada para o conflito; quanto ao desarmamento na Europa, refere que se devia dizer de forma clara na

moção que o que se quer dizer, ou seja, que é para sair da NATO; considera que a Europa não pode ficar desarmada em contexto nenhum, a Europa tem de ter uma organização como a NATO onde se enquadram os valores de uma civilização e de um processo que foi reforçado com a Segunda Guerra Mundial, que foi reforçado com a criação da ONU, que foi reforçado com a criação da União Europeia e que é reforçado cada vez mais como uma necessidade para manter a paz no Mundo; não com intuítos belicistas mas com intuítos defensivo; por isso hoje é comum e todos os 27 estão de acordo, e reforça os 27, que é preciso reforçar as políticas e os orçamentos de Defesa Nacional; refere ainda o Sr. Vereador que hoje desarmar significa ficar aberto qualquer tipo de investida militar vinda de qualquer lado pelo que não podem acompanhar este pedido, porque isto é dizer à Europa, “fica quieta, fica sossegada porque quando te vierem bater, oferece a outra face”. Refere ainda o Sr. Vereador que a melhor forma para defender a paz é estar preparado para não nos deixarmos atacar e por isso é favorável a que Portugal integre a NATO, a favor da paz e a favor de uma NATO que esteja preparada para defender essa paz e não criando conflitualidades porque não foi a NATO criou esta conflitualidade, ela veio da Rússia, tem rostos e tem sobretudo um líder, o Senhor Putin que é um autocrata, os autocratas são tão maus ou tão bons como os ditadores. Refere que não podem de alguma forma concordar com o “apelo de desarmamento na Europa” e as “máquinas de propaganda”, sabem o que é que isto quer dizer porque ouvem todos os dias de um dos lados; assim se estes dois termos não desapareceram da moção vão-se abster porque estão de acordo com tudo o resto, mas com estes dois termos não concordam minimamente, seria contra os valores e o perfil ideológico do próprio Partido Socialista que aqui representam.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que faz suas algumas das palavras que o Sr. Vereador Raúl Cristóvão mencionou e, não só diz que se abstém, como existem termos que se não forem retirados, terá mesmo de votar contra. Pensa que não há ninguém que não concorde com o primeiro e segundo parágrafo da moção, mas depois no que diz respeito às “máquinas de propaganda”, “pressões de diversos quadrantes” quando se assiste ao que se está a passar atualmente, ninguém é assim tão ignorante que não perceba o que é que se está a passar e de onde é que vem a responsabilidade do que tem acontecido neste conflito. Quanto ao desarmamento na Europa, é uma questão que o leva mesmo a votar contra esta moção pois não pode votar a favor de qualquer documento que diga uma coisa destas porque são a favor de NATO e esta não tem qualquer responsabilidade neste tipo de conflito; provavelmente existiriam até mais conflitos e mais graves se Portugal e a Europa não fizessem parte da NATO e se houvesse desarmamento como é solicitado na moção. Concorda com o demais que foi referido pelo Sr. Vereador do PS, que disse praticamente tudo.

O **Sr. Presidente** refere que, relativamente ao “desarmamento na Europa”, estão disponíveis para retirar a expressão pois não era isto que se pretendia dizer. O que pretendiam dizer era “a corrida ao armamento na Europa” pois é isto que os preocupa. Se a proposta do Sr. Vereador for nesse sentido, o Sr. Presidente aceita. Refere que sabe perfeitamente qual é a posição de cada

um relativamente à NATO, mas o objetivo da moção não é criar divisões, é haver uma investigação independente e quando se fala em “máquinas de propaganda”, são das várias máquinas de propaganda existentes, da russa, ucraniana, americana, europeia consoante o ponto de vista de cada um; o que se está a apelar, e para que não haja dúvidas e para que a culpa não morra solteira, doa a quem doer, sendo isso que pretende cumprir como humanistas, como defensores da paz e da justiça, é apelar a que se faça uma investigação independente, porque se a questão do desconforto é a questão do armamento, o Sr. Presidente refere que é totalmente contra o armamento, sendo que foi militar e que vê grandes militares e altas patentes militares, que já combateram e chefiaram na NATO, também a defender isto. O que está a acontecer está a contribuir para a escalada belicista. Refere o Sr. Presidente que poderia até questionar o Sr. Vereador Roberto Cortegano sobre o que é que a NATO fez no Iraque, na Síria, no Líbano e continua a fazer noutros sítios do mundo. No seu entender o que devia era haver uma força de paz das Nações Unidas e não blocos militares; relativamente à moção, se a questão é o desarmamento, confessa que a ideia era manifestar preocupação pela escalada da corrida ao armamento pois isto é para vender mais armas e metê-las em todo o lado e qualquer dia, temos de estar cercados de espingardas e de arame farpado até na casa de cada um. Considera que não se promove a paz com esta escalada de armamento. Existem duas soluções e se o que é proposto é uma alteração negociada do conflito, o desarmamento, a CDU concorda e tem abertura total para aceitar essa proposta de alteração; quanto às “máquinas de propaganda” está no plural porque elas existem, porque há formas de amplificar as coisas; não se fala só nos acontecimentos de Bucha mas sim de tudo aquilo que nos entra por nossa casa todos os dias. Estamos numa guerra e existem vítimas inocentes.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que não estava a pensar falar, mas face às questões colocadas pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista pretende dizer o seguinte: se na Segunda Guerra Mundial a informação e a contrainformação já foi uma realidade, neste momento e nos tempos que correm com as novas formas de comunicação, nomeadamente, através da Internet, na realidade e olhando agora a este conflito e ao resultado desta invasão, é visível que a Rússia tem uma máquina de propaganda montada, nomeadamente, para a sua própria população e naturalmente a Ucrânia também tem uma máquina de informação, seria esquisito se não a tivesse pelo que não vê inconveniente nenhum em constar o parágrafo que se discute. Refere o Sr. Vereador que no passado já ter pertencido, tal como outras pessoas ali presentes, ao movimento ZLAN – zona livre de armas nucleares - designação que o Concelho ainda mantém e nos anos 80/90 foi um militante ativo desse movimento, continua a ser e continua a apelar enquanto cidadão ao desarmamento na Europa e no Mundo; o que está a acontecer, neste momento, é diferente, o que está a acontecer atualmente e estamos todos de acordo em relação à defesa que tem de existir, nomeadamente aqueles países limítrofes Letónia, Lituânia, etc face às aventuras que aquele senhor está a ter. Defende que a nossa finalidade no Mundo não é estarmos armados por todos os lados, seja qual sejam qual forem os lados. Relativamente à NATO refere

que quando o muro de Berlim caiu e quando pacto de Varsóvia desapareceu, na sua modesta opinião, não sendo um grande especialista internacional, mas, talvez naquela altura houvesse justificação que a NATO desaparecesse também; a NATO apareceu para contrabalançar o pacto de Varsóvia; questiona se o pacto de Varsóvia desapareceu qual o motivo para a NATO não ter desaparecido também ou então, como referido pelo Sr. Presidente, se tivesse transformado numa força de paz no âmbito da ONU. Refere que o MCCP vai votar favoravelmente exatamente como ela está ou com a alteração sugerida pois também não vê inconveniente em apelar ao desarmamento no Mundo, antes pelo contrário.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que concorda com a alteração na moção no sentido de constar o “desarmamento na Europa e no Mundo” e refere que não é investindo cada vez mais na produção e na compra de armamento que se criam condições efetivas para promover a paz, parece-lhe que existe um paradoxo. Acredita ser importante a moção referir o cumprimento integral do Tratado, de não proliferação de armas nucleares, que é um tratado que foi assinado em 1968 subscrito por 189 países entre os quais os 5 países que têm assento no Conselho de Segurança da ONU e parece-lhe fazer sentido também esta referência na moção.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** refere que concorda com a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha; acrescenta a referência a esse acordo contra as armas nucleares, defende que devemos estar na NATO se esta existir para fazer a paz, não a guerra, também foi militar e esteve numa tropa especial, felizmente nunca foi à guerra, sabe bem o que é que se defende e o que é que não se defende e o que é que se faz na guerra e o que não se faz na guerra, como se faz e como não se faz propaganda, e infelizmente até teve ações de formação de propaganda em situação de guerra e, de facto, as propagandas existem e na guerra não há boas nem más propagandas, assim como também não há bons nem maus lado, há uma guerra, quem sofre são sempre os mesmos, são os indefesos e geralmente aqueles que menos ganham com isto tudo e perdem com tudo isto. Considera, tal como o PS que Portugal deve manter-se na NATO e manter a NATO como uma estrutura de defesa. Refere que, uma vez que se falou na História, se não fosse este ataque, este problema que estamos hoje a viver, esta guerra provocada pela invasão da Rússia à Ucrânia, a NATO estaria quieta, os países estavam a desinvestir e ninguém estaria pronto a investir mais em defesa. A guerra trouxe consigo o alertar das consciências desses países para a necessidade de investir mais em defesa, porque podemos ser nós a seguir e o Sr. Vereador Carlos Sousa falou na Letónia, na Estónia, na Lituânia, refere a Finlândia da Suécia, não considera os suecos apologistas de guerras porque sempre foram um povo de paz, tal como a Finlândia mas hoje eles próprios sentem-se ameaçados e a melhor defesa a que eles hoje recorrem é ao armamento; a NATO hoje era uma coisa quase esquecida, este acontecimento fez com que viesse ao de cima e fez com que os governos do ocidente comesçassem a sentir necessidade de melhorar a ação de investimento em armamento; são coisas da História e a realidade mostra que estamos a ver crianças, pessoas ativas, jovens, idosos a sofrerem e um país destruído, cidades inteiras destruídas; não vale a pena ir buscar outros

exemplos porque não foi a NATO que fez a guerra na Síria, no Iraque; refere que ninguém estava a favor daquilo que lá se fez e o bom-senso mostrava, antes de lá chegarem, que aquilo era e foi um erro, não vai discutir nesta reunião caso a caso, gosta de se centrar naquilo que é fundamental. Concorde com a moção fazendo associar a chamada de atenção que o Sr. Vereador Luís Calha disse em relação ao acordo de desarmamento nuclear, ninguém é a favor de armamento nuclear, só se for louco, louco já basta aquele que lá temos e não precisamos de outros; o problema chama a nós a ideia de que a própria democracia tem de ter cuidado quando elege quem elege. Quanto “à corrida ao desarmamento no Mundo” está completamente de acordo e retira-se a “Europa”; considera que o problema do armamento não tem País, nem grupo, é no Mundo. Em relação às “máquinas de propaganda” sabe o que é que isto quer dizer e sabe bem que é uma discussão que todas as noites se ouve, quem acompanha isto. Refere que felizmente tem acompanhado pois todas as noites passa por vários canais, para ouvir várias visões, alguns já começam a dar imagens do outro lado. Sabe qual é o seu lado e o que lhe interessava era a paz. Refere que o PS preferia que a máquina de propaganda tivesse aqui imune à pressão de diversos quadrantes, considera que isso chegava pois são de todos os quadrantes; nunca disse nem na sua primeira intervenção para retirar a parte das “máquinas de propaganda”, o que disse na primeira intervenção foi que máquina de propaganda e o desarmamento da Europa concordámos em acrescentar a proposta do Sr. Vereador Luís Calha Governo, concordam com a expressão “corrida ao desarmamento no Mundo”; concorda que fique “rigorosa e imune à pressão de diversos quadrantes” e concorda com o que o Sr. Vereador Luís Calha disse quanto à proposta de correção. Nunca disse que deve sair a expressão “diversos quadrantes”. Concorde com: “sublinha a urgência de uma investigação internacional, independente e rigorosa e imune às pressões de diversos quadrantes que concorra para o efetivo apuramento das responsabilidades”.

O **Sr. Presidente** refere que retiram a expressão “às pressões das máquinas de propaganda”; já percebeu o que é que cada um pensa e se fossem outros, “contando espingardas” que é um termo usado e que vem a propósito, não alterariam nenhuma palavra e submeteriam à votação, mas refere que o que pretende é que haja uma votação e aprovação por unanimidade; de boa fé que o que interessa é apelar a uma investigação, à paz, ao discernimento para as coisas acalmarem, não pretende reabrir a discussão mas falou-se num argumento para a NATO se ampliar e se fortalecer e isso agora levava a discutir aqui que não há razões nenhuma para a invasão por parte da Rússia, mas tínhamos que voltar a ver o que é que foi escrito nos acordos de Minsk e que foram rasgados; acredita no texto que propõe, estando abertos a propostas de alteração, porque querem consenso e querem que todo votem favoravelmente.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que uma investigação internacional independente e rigorosa já é por si condição que é imune a qualquer tipo de pressão, se for independente e rigorosa, deverá ser imune a pressões.

O **Sr. Presidente** refere que as palavras também são de um secretário-geral da ONU, se ele sabe do que é que está a falar e este é do PS.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que é um reforço redundante, percebe a redundância, mas se for isenta e rigorosa já é por si imune a pressões; considera que foi possível encontrar uma solução.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que tinha dito que votava contra, mas como as propostas que foram sugeridas mudam completamente a moção, não são apenas umas palavrinhas ou umas correções como o Sr. Presidente disse. Só a parte de mudar a palavra “Europa” para “Mundo” muda completamente o sentido de tudo o que estava aqui a querer ser transmitido e também a parte das máquinas de propaganda pelo que está de acordo que se avance com essas alterações.

O **Sr. Presidente** refere que folga em saber.

Depois da discussão havida, o texto da moção é alterado, resultando na moção que se transcreve em seguida, e que depois é colocada a votação:

. Moção (Pela rápida investigação de crimes de guerra e apuramento de responsabilidades)

“As imagens divulgadas nos últimos dias, de centenas de civis mortos nas ruas e em valas comuns de Bucha, subúrbio de Kiev, não podem deixar ninguém indiferente. Sendo a guerra, já de si, uma realidade brutal, para a qual não deveria haver lugar no mundo civilizado e desenvolvido que queremos continuar a construir, os crimes de guerra remetem-nos para um contexto ainda mais cruel, de verdadeira selvajaria e desumanidade, que não pode ficar impune.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, já pediu uma investigação independente, que leve à rápida prestação de contas. Entretanto, a Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet, afirmou que estão a ser analisados possíveis crimes de guerra e violações sérias do direito internacional humanitário e da lei de direitos humanos, no conflito em curso na Ucrânia, e exortou a que sejam tomadas todas as providências para a preservação da cena do crime e das provas, essenciais para identificar todas as vítimas, conhecer a causa exata de morte e informar as famílias.

Reunida a 6 de abril de 2022, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela **delibere**:

- Declarar-se, uma vez mais, contra todas as formas de guerra e conflito, na Ucrânia e em qualquer ponto do mundo, considerando intoleráveis os crimes de guerra, contra civis ou militares, tal como os julgamentos sumários;
- Sublinhar a urgência de uma investigação internacional independente, rigorosa e imune às pressões de diversos quadrantes, que concorra para o efetivo apuramento de responsabilidades;
- Apelar ao desenvolvimento de iniciativas que conduzam a um rápido cessar-fogo e a uma solução negociada para o conflito, ao fim da corrida ao armamento no mundo e ao

cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Declaração Universal dos Direitos Humanos;

- Exigir o imediato desarmamento nuclear, reafirmando a posição de princípio do Município de Palmela, que se declarou, há muito, como "Território livre de armas nucleares";

- Dar conhecimento da presente Moção a:

- . Sua Excelência, o Presidente da República;
- . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
- . Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- . Embaixada da Ucrânia em Portugal;
- Embaixada da Federação da Rússia em Portugal;
- . Assembleia Municipal de Palmela;
- . Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Palmela;
- . Conselho Português para a Paz e Cooperação;
- . Comunicação Social."

Submetida a moção (Pela rápida investigação de crimes de guerra e apuramento de responsabilidades) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Pedro Pablo Pichardo Peralta).

"Pedro Pichardo, residente em Pinhal Novo, sagrou-se Vice-Campeão Mundial no Triplo Salto em Pista Coberta, em representação de Portugal, com a marca de 17,46m, nos Campeonatos do Mundo de Atletismo em Pista Coberta, que se realizaram entre 18 e 20 de março de 2022, em Belgrado, na Sérvia.

Para além do 2.º lugar alcançado, Pedro Pichardo bateu o record nacional do Triplo Salto em Pista Coberta, por duas vezes, com as marcas de 17,42m e 17,46m, superando o anterior record alcançado por Nelson Évora em 2018.

Depois do título Campeão Europeu em Pista Coberta e da medalha de ouro Olímpica, conquistados em 2021, Pedro Pichardo começa da melhor maneira o ano de 2022.

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela, a 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Pedro Pichardo pelo título de Vice-Campeão Mundial e pelo record nacional no Triplo Salto

em Pista Coberta, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva, em prol do desporto no concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (João Bragadeste).

“João Bragadeste, residente na Quinta do Anjo, sagrou-se Campeão Nacional de Duetlo no escalão 35-39 anos, no XIV Duetlo de Arronches – Campeonato Nacional Individual de Duetlo, que se realizou no dia 5 de março, em Arronches.

Para além do título individual no escalão 35-39 anos, João Bragadeste conquistou o 3.º lugar por equipas.

Reunida em Palmela, a 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o atleta João Bragadeste pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Leonor Parente).

“Leonor Parente, nadadora da Palmela Desporto, sagrou-se Campeã Nacional de Juvenis nos 50m costas e 50m bruços, no Campeonato Nacional de Juvenis, Juniores e Absolutos em Piscina Longa, que se realizou entre os dias 31 de março e 3 de abril no Centro Olímpico de Piscinas Municipais, em Coimbra.

Para além dos dois títulos nacionais, Leonor Parente sagrou-se ainda Vice-Campeã Nacional nos 200m estilos, tendo participado também nas provas de 50m costas e 200m costas.

Reunida em Palmela, a 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a nadadora Leonor Parente pelos títulos alcançados, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (André Viana e Daniela Marreiros).

“O par de dançarinos do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, André Viana e Daniela Marreiros, sagraram-se Campeões Nacionais de Sub21 Danças Standard, no Campeonato Nacional 2022 Sub-21 Standard & Latinas, que se realizou no dia 26 de março, no Pavilhão Municipal de Albufeira.

André Viana e Daniela Marreiros dão continuidade às excelentes prestações que lhes têm valido a conquista de diversos títulos nacionais, bem como a chamada à seleção nacional de Dança

Desportiva para representar Portugal em competições internacionais, nomeadamente, Campeonatos da Europa e do Mundo.

Reunida em Palmela, a 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** os dançarinos André Viana e Daniela Marreiros pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Vinalies Internationales 2022 – Casa Ermelinda Freitas).

“Criado em 1994, por enólogos franceses, o Concurso Vinalies Internationales, tornou-se uma das maiores e mais famosas competições mundiais do setor vínico e uma referência em termos de longevidade, tendo recentemente tido lugar em Paris.

Composto por um painel de jurados altamente especializados em análise sensorial, o Moscatel Roxo de Setúbal Superior 2010 da Casa Ermelinda Freitas conquistou o grande prémio de Melhor Vinho Internacional Fortificado na edição deste ano, com a obtenção de 13 medalhas, das quais 3 de grande ouro, 5 de ouro e 5 de prata.

Descrição dos vinhos premiados:

Medalhas de Grand Ouro:

- . Casa Ermelinda Freitas Moscatel Roxo de Setúbal Superior 2010
- . Casa Ermelinda Freitas Moscatel de Setúbal Superior 2009
- . RockSand Shiraz 2020

Medalhas de Ouro:

- . Casa Ermelinda Freitas Sauvignon Blanc & Verdelho 2020
- . Vinha do Rosário Touriga Nacional 2020
- . Vinha do Fava Touriga Nacional 2020
- . Valoroso Cabernet Sauvignon / Touriga Nacional / Syrah 2020
- . Valoroso Cabernet Sauvignon 2020

Medalhas de Prata:

- . Dona Ermelinda Branco Reserva 2019
- . Casa Ermelinda Freitas Syrah Reserva 2020

. Baía de Tróia Castelão 2020

. Sand Creek 2020

. Vinhos da Arrábida Branco Reserva 2020

Reunida a 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela, **saúda** a Casa Ermelinda Freitas pela excelente prestação em terras francesas e pelo reconhecimento da sua marca além-fronteiras, facto que em muito nos honra e valoriza, contribuindo indiscutivelmente para a afirmação e qualificação do concelho de Palmela.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (26.ª Edição Concurso Berliner Wein Trophy 2022 – Adega de Palmela | Casa Ermelinda Freitas | Sociedade Vinícola de Palmela).

“Três Adegas de Palmela foram distinguidas na última edição do Berliner Wein Trophy, o mais importante desafio internacional de vinhos da Alemanha, sob o patrocínio da OIV - Organização Internacional da Vinha e do Vinho, da UIOE - União Internacional de Enólogos e da Vinofed - Federação Mundial de Concursos Internacionais de Vinhos.

Com mais de 14.000 vinhos submetidos, de 40 países e um júri internacional composto por 400 provadores, o Moscatel de Setúbal 10 anos da Adega de Palmela, recebeu a máxima distinção com a Medalha Grande Ouro.

O território de Palmela trouxe também para casa mais 3 medalhas de ouro, a saber: os vinhos Vale dos Barris Syrah Premium Reserva 2017 da Adega de Palmela; o Moscatel Roxo de Setúbal da Sociedade Vinícola de Palmela e o vinho Vinha do Rosário Syrah da Casa Ermelinda Freitas.

Reunida a 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela, **parabeniza** estes produtores e com elevada honra saúda-os pelo excelente trabalho realizado diariamente dentro e fora do país, o qual tem permitido alcançar relevantes distinções, que em muito contribuem para o reconhecimento e a notoriedade do concelho de Palmela.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (30.ª Edição Grand International Wine Awards MUNDUS VINI Spring Tasting 2022) – Adega de Palmela | Casa Ermelinda Freitas.

“De entre 6.000 vinhos provados, de um total de 42 nações vitivinícolas, duas adegas do Concelho de Palmela foram galardoados no Grand International Wine Awards MUNDUS VINI Spring Tasting 2022, um dos mais conceituados concursos do mundo vínico, realizado na Alemanha.

No total, o júri internacional altamente qualificado, atribuiu 43 medalhas Grande Ouro, 1.685 medalhas de Ouro e 1.294 medalhas de Prata aos melhores vinhos a concurso, tendo Portugal conquistado 5 medalhas Grande Ouro, 186 medalhas de Ouro e 123 medalhas de Prata.

Entre os premiados estão 17 néctares produzidos na região vitivinícola de Palmela, em concreto da Adega de Palmela e da Casa Ermelinda Freitas, tendo a primeira obtido 1 medalha Grande Ouro, 1 medalha de Ouro e 3 medalhas de Prata e a segunda arrecadado 1 medalha pelo melhor vinho tinto do concurso, 1 medalha grande Ouro, 9 medalhas de Ouro e 2 medalhas de Prata.

Descrição dos vinhos premiados:

Melhor Vinho do Concurso Mundus Vini 2022 – Spring Tasting da Península de Setúbal:

. Alicante Bouschet 2019 | Casa Ermelinda Freitas

Medalhas Grande Ouro:

. Alicante Bouschet 2019 | Casa Ermelinda Freitas

. Moscatel de Setúbal 10 anos | Adega de Palmela

Medalhas de Ouro:

. Moscatel Roxo de Setúbal 2010 | Casa Ermelinda Freitas

. Moscatel de Setúbal Superior 2009 | Casa Ermelinda Freitas

. Quinta da Mimosa 2019 | Casa Ermelinda Freitas

. Dona Ermelinda Reserva Tinto 2019 | Casa Ermelinda Freitas

. Carménère Reserva 2017 | Casa Ermelinda Freitas

. Rocksand Shiraz 2020 | Casa Ermelinda Freitas

. Vinha do Rosário Syrah 2020 | Casa Ermelinda Freitas

. Vinha do Fava Touriga Nacional 2020 | Casa Ermelinda Freitas

. Vinha do Torrão Tinto 2020 | Casa Ermelinda Freitas

. Moscatel de Setúbal 2019 | Adega de Palmela

Medalhas de Prata:

. Reserva Villa Palma 2019 | Adega de Palmela

. Vale dos Barris Syrah Premium Reserva 2017 | Adega de Palmela

. Palma Tinto 2020 | Adega de Palmela

. Vinha do Rosário Selection 2021 | Casa Ermelinda Freitas

. Merlot Reserva 2019 | Casa Ermelinda Freitas

Reunida 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Adega de Palmela e a Casa Ermelinda Freitas pelos prémios alcançados, os quais espelham e comprovam o valorizado trabalho e a qualidade que os seus vinhos têm vindo a conquistar a nível internacional, contribuindo para o posicionamento estratégico do Município nas áreas da vitivinicultura e do enoturismo.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Marta Filipa Caleira Nunes).

“O “Jovem Talento da Gastronomia” é um movimento criado em 2009, direcionado a jovens profissionais e estudantes de Hotelaria e Restauração, nas áreas de Cozinha, Pastelaria, Bar, Serviço de sala e Gestão.

Em formato de concurso desde 2012, é um importante ponto de contato, com toda a comunidade gastronómica, dos jovens em construção de carreira. Funciona como uma rampa de lançamento para os participantes, estimula a aprendizagem e aumenta o leque de oportunidades.

Na edição deste ano, a vencedora foi a jovem natural de Palmela, Marta Filipa Caleira Nunes, que desempenha funções na prestigiada equipa do “Sublime Comporta”, sob a orientação do conceituado Chef Hélio Gonçalves.

A Escola Profissional de Esposende foi o palco da final nacional da 10.ª edição do Concurso Jovens Talentos da Gastronomia, onde a jovem chef Marta Nunes, com 23 anos de idade foi a vencedora da categoria “Jovens Profissionais”.

Na final nacional estiveram a concurso 48 jovens estudantes de áreas de hotelaria e restauração, oriundos de Escolas de Hotelaria de todo o país.

Este é considerado o maior e mais abrangente concurso para jovens talentos que vão marcar o futuro da gastronomia nacional e no qual Palmela esteve representada entre os vencedores.

Reunida na Biblioteca de Palmela a 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Marta Nunes pelo reconhecido trabalho que tem vindo a desenvolver em prol da promoção da gastronomia nacional e deste território, remetendo votos de muitas felicidades e sucessos pela vida fora.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **Eu participo** – O **Sr. Presidente** refere que se voltou ao ciclo 22 do “Eu participo” com os munícipes que terá lugar nos dias 11 e 12 de abril; começa dia 11 em Pinhal Novo, sempre às 21 horas, 12 de abril no Poceirão, no Parque Mário Bento. Após o período da Páscoa, retoma-se com Quinta do Anjo, na Sociedade Instrução Musical, dia 18 no Multiusos de Águas de Moura, em Marateca, dia 19; aqui, neste mesmo espaço, na Biblioteca Municipal de Palmela dedicado à freguesia de Palmela no dia 20 de abril, sempre às 21 horas. Nestas sessões será feito um ponto de situação dos projetos contratualizados e em execução e serão tornados públicos os resultados da votação das propostas apresentadas e votadas pelos munícipes referentes a 2021. Neste período será apresentada uma nova aplicação, nomeadamente, um site através do qual, futuramente, poderão ser feitas as propostas e as votações de forma existir um maior escrutínio e procurar evitar algumas duplicações de votos. Tal processo será apresentado durante estas reuniões e o período de votação das propostas, entretanto apuradas, far-se-á no mês de maio.

. **Antecipação da data da reunião de câmara no mês de abril / Sessão extraordinária / sessão ordinária da Assembleia Municipal no mês de abril** – O **Sr. Presidente** informa:

Quanto às reuniões dos órgãos, lembra a vereação que haverá a necessidade de antecipar a reunião de Câmara de dia 20 para dia 19 para depois bater certo com uma outra Assembleia Municipal, que não a de dia 13. Propõe assim o Sr. Presidente antecipar a reunião de quarta para terça-feira, de dia 20 para dia 19; é essencialmente para a conta de gerência, mas vão surgir certamente mais uma ou outra proposta. Pretende saber da possibilidade para começar às 14H00 em vez das 15H00; gostaria de fazer a alteração, mas com a concordância de todos; depois terá lugar a Assembleia Municipal dia 13 por causa da alteração modificativa que hoje se traz a este órgão e haverá a necessidade de ter a última reunião ordinária do mês de abril da Assembleia Municipal, no dia 27. Fica partilhado este calendário:

- . A reunião de câmara ordinária de 20 de abril vai ser antecipada para dia 19 do mesmo mês;
- . Vai realizar-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal no dia 13 de abril;
- . Vai realizar-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 27 de abril.

. **Crise humanitária na Ucrânia – Apoio ao acolhimento e integração de refugiados** –

O **Sr. Presidente** refere que o Município tem estado fortemente envolvido na resposta à crise humanitária e ao apoio, acolhimento e integração de refugiados; é feita a comunicação que parece fundamental para a recolha de apoios, recursos, bens, etc, mas considera que hoje é altura de partilhar com os Srs. Vereadores informações que fazem questão de não as colocar em notas de imprensa. Desde a fase inicial foram mobilizados meios para participar no esforço nacional de apoio e acolhimento e integração de refugiados honrando o espírito de solidariedade

e humanismo da população do Concelho e no respeito pelo inalienável direito à vida e à dignidade consagrados na Carta das Nações Unidas. Têm vindo a ser articulados esforços com diferentes entidades, diferentes parceiros da sociedade civil, muitos particulares e empresas. Foi assegurado apoio a famílias ucranianas em fuga da guerra com uma campanha de recolha de bens de primeira necessidade ainda a decorrer nas instalações das piscinas municipais de Palmela e Pinhal Novo, no pavilhão desportivo de Pinhal Novo, também no Pavilhão Desportivo José Silvério, em Poceirão, o que permitiu a expedição para a Polónia, por via terrestre, e, em três distribuições, mais de trinta e sete paletes de bens, alimentos, medicamentos, calçado, vestuário, entre outros. Estão também a ser recebidos bens para redirecionar para as fronteiras da zona de conflito, já de outras escolas e de outras instituições até de fora do Concelho, porque hoje a dificuldade é o transporte até à Polónia e à Roménia. Foram igualmente apoiadas cinco famílias, alojadas no Concelho, no total de vinte e um elementos, com calçado, bens alimentares, produtos de higiene e de puericultura. Ainda ao nível do acolhimento, concretamente ao nível do alojamento temporário, foi melhorada a qualidade e o conforto e mobiliário do centro municipal de emergência que funciona nos Arraiados, que tem capacidade para dez camas, ou seja, dez pessoas. Procura-se nos meios digitais sistematizar e divulgar e atualizar a informação daquilo que é essencial neste momento no que diz respeito à recolha de bens, porque hoje há bens muito específicos e são esses que fazem falta; o vestuário e o calçado já são difíceis de armazenar e não é isso que está a ter maior necessidade e procura; procura-se também nos meios digitais sistematizar a informação essencial para a integração, nomeadamente, os contactos das instâncias que lideram o processo de acolhimento, nomeadamente, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Alto Comissariado para as Migrações, os serviços de Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, trabalhando-se em plataformas e em rede. Há particulares que vão buscar pessoas às fronteiras, trazem famílias, cidadãos e que não estão a percorrer este caminho que é indispensável. O Governo até criou, e bem, mecanismos de alguma flexibilidade na resposta de atribuição de número de beneficiário de vários serviços e isto tem que ser devidamente articulado; os próprios serviços municipais acabam por ter de dar esta informação e fazer esta divulgação de como tratar destes assuntos a um conjunto de famílias também portuguesas que querem fazer parte destes apoios e que precisam de ter a devida informação; foi promovida uma ação de formação para a aprendizagem da língua portuguesa, português para estrangeiros ou língua de acolhimento, como se queira chamar, visando facilitar esta integração e rapidamente esgotou. São vinte participantes de origem ucraniana e moldava, mas já se encontra em preparação uma outra ação de formação em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional que, em princípio, se iniciará no dia 19, após a Páscoa. Está a ser dada resposta e a ser feita articulação e encaminhamento de todas as ofertas de alojamento de particulares, fornecendo aos proponentes a informação necessária para o devido registo na oferta das plataformas próprias concertando as medidas com as instâncias oficiais evitando, simultaneamente, a exposição destas famílias a situações precárias e a situações de perigo e salvaguardando também a sua proteção de identidade. No âmbito da rede social estão a

identificar e a sistematizar os recursos da rede, as ofertas de alojamento disponíveis e o encaminhamento para uma “task force” com competência na coordenação do acolhimento. Até ao momento, foram realizados setenta atendimentos e as respetivas diligências no que se refere ao processo de apoio aos refugiados de guerra na Ucrânia. Chegados ao conhecimento da autarquia, e são estes dados que podem ser partilhados, existem outros, mas não estão em interação com o Município e, por vezes, mudam do Concelho de residência. Dezoito famílias estão alojadas no Concelho, num total de sessenta e oito pessoas que estão em instituições ou em casa de familiares ou particulares. Como é do conhecimento de todos, o Município tem um protocolo com uma entidade, o CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes - que está a ser envolvido nesta partilha de informação, dos registos. Estão a ser atribuídos apoios no âmbito da ação social escolar com o posicionamento no escalão um do abono de família para efeitos de fornecimento de refeições e auxílios económicos relativamente ao primeiro ciclo e ao pré-escolar; à data, no Concelho frequentam estabelecimentos de educação e de ensino daqueles níveis, dez crianças ucranianas, beneficiários de apoios da ação social escolar, mas também há quatro alunos do segundo e do terceiro ciclo. Está também a ser prestado outro tipo de apoios quando é necessário como fornecimento de refeições quentes sendo que a maior parte das famílias tem recebido géneros para confeccionar, ou seja, a rede está a funcionar de forma bem articulada e está a ser acompanhada com toda a atenção a forma como estas pessoas estão a ser recebidas, quer no sistema de saúde e, apesar das dificuldades, têm uma via verde quer nos estabelecimentos de ensino, quer nas instituições e procura-se dar outras respostas, mais pontuais, que têm sido solicitadas, que vão desde a ocupação de tempos livres dos jovens à natação, a outras medidas para que as pessoas esqueçam todo o trauma e sofrimento deste processo de deslocalização do seu país e das suas residências e que sintam bem em Portugal pelo tempo que entenderem ficar.

. Funcionamento do Centro de Vacinação (COVID-19) – O Sr. Presidente refere que, quanto ao plano de vacinação, tem sido discutido o que se seguirá, o motivo pelo qual já há muito menos adesão embora ainda existam alguns milhares para levar as últimas doses e outros que ainda não foram vacinados, pelo que tem sido solicitado à Saúde que clarifique, porque todo o apoio que tem sido dado é de boa vontade, procurando responder da melhor forma possível. Face ao decréscimo do recurso ao centro municipal de vacinação, depois de conferir com as entidades da Saúde, foi reduzido o seu funcionamento apenas para um dia por semana, às quintas-feiras, entre as 9h00 e as 16h30 e só abre, excecionalmente, como irá acontecer no dia 9, quando existem centenas de pessoas que são pré-convocados e para um determinado grupo etário; dia 9 entre as 9h00 e as 13h00 o centro de vacinação vai abrir, excecionalmente, só para crianças; a situação será monitorizada, referindo ainda o Sr. Presidente que têm vindo a defender que haja um regresso dos profissionais aos centros de saúde, que a vacinação possa ser feita nos centros de saúde, mas não está nada fácil; nessas instituições preferem ter uma zona só

para vacinação; procurar-se-á dar resposta logística, humana e técnica para que o processo não deixe de ter continuidade; se vier uma quarta dose terá de se voltar à parafernália de meios, de dias e de afetação de recursos; o Município continua a aguardar instruções e também a aguardar os prometidos apoios para os investimentos que têm sido feitos nesta transferência de competências.

. Transferência de competências no âmbito da Educação – O Sr. Presidente refere que na área da Educação a transferência de competências ocorreu em abril e pretende dar conta de alguns aspetos aos senhores vereadores. Considera que todos têm consciência que o processo pode ter as suas virtudes, mas existem vários problemas que ainda não estão debelados. Não obstante, o momento da luta para a discussão sobre aquilo que estava em causa, houve um momento para trabalhar no processo, as equipas municipais trabalharam neste processo a contrarrelógio, muito afincadamente para que as coisas pudessem funcionar, com toda a normalidade desde o dia um de abril, data em que entrou efetivamente em vigor. Houve da parte da Educação, apesar de algumas diferenças de opinião e de algumas contas que continuam a não bater certas, e serão as mesmas apresentadas ao executivo municipal, houve um interlocutor com quem se falou, parecendo o mesmo informado, competente e legitimado para dar algumas respostas e fazer algumas promessas. O **Sr. Presidente** refere que espera que “os cheques tenham cobertura” e há questões que vão ter de ser corrigidas em breve. A partir daí fez-se um conjunto de reuniões com todos os parceiros, diretores dos agrupamentos das escolas, houve uma reunião com pessoal que; a partir do dia um de abril, passa a pertencer ao mapa de pessoal da autarquia e que aplaudiam este facto, efusivamente, enchendo a sala do São João. A felicidade demonstrada resulta do facto deste pessoal saber que pela autarquia têm mais direitos, têm mais apoios sendo que o Município gasta muito mais do que aquilo que o ministério da educação envia. Foi possível contratualizar com muita seriedade o arranque do processo, mas, naturalmente a Comissão de Acompanhamento vai ter de discutir muito, vai ter de apurar muitos indicadores, muitos dados e muitas despesas que não estão previstas e que os mapas continuam a ignorar. Isto só foi possível porque houve também da parte dos agrupamentos e da direção das escolas, a disponibilidade para uma “gestão partilhada”, mas que a qualquer momento, se correr mal, pode ser avocada pelo Presidente da Câmara para a Câmara Municipal. No âmbito da Câmara Municipal ficaram os instrumentos de planeamento, a carta educativa, o plano de transporte escolar, o Conselho Municipal de Educação, as competências de investimento, construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, dependente de financiamento para investimento, ou seja, existe a promessa do Ministério, do Governo, que depois há de haver financiamento para isto. Existem ainda uma série de coisas que continuam muito indefinidas, por exemplo, o equipamento e o apetrechamento. Aguarda-se, quanto a isto, por uma portaria específica. Refere ainda o **Sr. Presidente** que isto é tudo muito bonito, sendo que alguns dos senhores vereadores acusaram o executivo municipal de estar “a empurrar o processo com

barriga”, que não o queríamos, mas gostava que tivessem estado no último Conselho Metropolitano para perceberem que Presidentes de Câmara de todas as áreas políticas se insurgiram contra isto e que solicitaram que a primeira reunião com o Governo por parte da AML, uma cimeira AML/Governo, seja sobre a descentralização de competências e significa que tinham alguma razão porque algo vai mal neste processo. Quanto à gestão, apoios e complementos educativos, existem situações de contratos que estão em vigor nos refeitórios escolares vão terminar em julho de 2022. Até lá estão “tranquilos”, estando tudo já a ser preparado, visível pelos senhores vereadores pelas alterações orçamentais, pois existe um bolo robusto para um grande concurso: já não se trata só de fornecer quase 3 mil refeições diárias no pré-escolar e no 1º ciclo, vão ser muitas mais, 5 mil no total agora com os restantes 5 ciclos de ensino. Existe um problema do valor de referência que o Ministério paga que já é inferior àquele que paga às empresas e, com o aumento dos custos de fornecimentos, dos alimentos, mão de obra, já se sabe, pelos preços de referência que são habitualmente praticados, por exemplo, por outros Município e até pela Amadora, que lançou recentemente um concurso, sabe-se que vai duplicar o preço das refeições escolares e este dinheiro não está a ser transferido para o Município.

Quanto ao Transporte Escolar estão, também, a procurar trabalhar em parceria com os agrupamentos de escolas. Em 2022 termina e depois passa também para a Câmara Municipal. Os transportes escolares especializados que antes eram feitos pelos agrupamentos de escolas passam para a Câmara, os contratos terminam em julho, pelo que todos os circuitos de transportes especializados para crianças com necessidades educativas especiais, sendo mais uma questão para o município tratar; o pessoal não docente também passará para a Câmara, que passará a ter de fazer o recrutamento, seleção, processamento de vencimentos, as questões disciplinares com pena superior a multa, formação, fardamento, saúde e segurança no trabalho. Para a saúde e a segurança do trabalho vem zero e a autarquia não deixará de dar a estas trabalhadoras e trabalhadores, as condições que têm aqui na administração local; para não se deixar de encarar com determinação este processo, conseguiu-se contratualizar e também delegar, nos diretores dos agrupamentos, a ação social escolar, que ainda está à espera de um diploma que será publicado (o que revela, no entender do Sr. Presidente, que isto deixa muitas pontas de fora). Neste caso os diretores vão passar a fazer o 2º, 3º ciclo e secundário, mas passam a fazer também o pré-escolar e o 1º ciclo; a escola a tempo inteiro é uma competência a delegar também nos diretores porque há vários modelos nas escolas com as “caf’s / aec’s” sendo preferível tratar de tudo a nível de agrupamento para haver uma resposta integrada e de acordo com o plano educativo da escola. Na gestão do pessoal não docente entendeu o Sr. Presidente que não devia ficar na sua competência e delegar nos diretores a aprovação do mapa de férias, controlar a assiduidade, justificar faltas, autorizar prestação de trabalho suplementar, emitir parecer sobre mobilidades; nas questões do investimento, na chamada conservação, intervenções, consideradas pequenas reparações, substituições, manutenção, contratos de elevador, sistemas AVAC, entre outros, será transferido para as escolas aquilo que o Ministério

transfere: 20 mil euros por agrupamento e por Escola Secundária, tal pode ser comparado com o valor que o Município transfere para as Juntas de Freguesia do Concelho; quanto a fornecimento e serviços externos, também será para delegar, mas virá uma verba que corresponde à média daquilo que era gasto e que era reportado ao Ministério da Educação e, se vem diretamente também a mesma será mantida sendo certo que haverá problemas, encargos de eletricidade, gás, combustível, limpeza e higiene material de escritório, comunicações fixas, móveis, água por aí fora. A utilização de espaços fora do período das atividades letivas é uma competência que ainda está em análise e devem ser os diretores a tratar desta gestão e deste cedência, mas temos de ver como será a consignação da receita e se não terá de ser o Município a criar as taxas pois aqueles edifícios vão passar para a propriedade do Município, goste-se deles ou não. Existem, por isso, ainda muitos assuntos a tratar. De uma forma geral existe um modelo misto de gestão, na alteração modificativa haverá oportunidade de perceber algumas rubricas e alguns valores, sendo que só para gestão corrente já existe um défice na ordem dos 397 mil euros, segundo mapa já existente e já se preveem desvios este ano. Sem contar as questões das obras, que rondarão os milhões de euros, e daquilo que há a fazer nos edifícios e alguns estão mesmo a precisar de reparações muito profundas, sendo que tal poderá a vir a ser objeto de financiamento próprio. Foi publicada a Portaria que tinha de o ser antes de se assumir a competência com o pessoal, porque havia necessidade de receber o valor dos vencimentos dos assistentes técnicos e dos operacionais, do pessoal auxiliar de ação educativa, de acordo com a posição com a carreira, os descontos, os abonos, etc., sendo este um problema que também demorou a resolver. Fala-se que, para ultrapassar esta ameaça da insuficiência dos 20 mil euros, vai ser criada uma portaria de extensão que vai conter uma fórmula matemática para se apurar o valor consoante os edifícios. Aguarda-se por essa portaria, faltando mais três portarias e um diploma. Refere o **Sr. Presidente** que, quando se referia, há um ano e alguns meses atrás, que Câmara não fazia o trabalho de casa, parece que afinal quem não fez o trabalho de casa foram outras entidades porque não faz sentido isto estar por publicar. A Câmara cumpre a Lei em Portugal, será a competência assumida no dia um, não sob protesto, será assumido, mas existe muita coisa a discutir e está em causa não propriamente o interesse público, o interesse financeiro da autarquia, mas um verdadeiro problema financeiro por resolver. Pretende-se resolver as questões e ter respostas de qualidade às escolas, às famílias e às crianças.

. **Transferência de competências no âmbito da Saúde** – O **Sr. Presidente** refere que não conhece quase nenhuma autarquia com assento na AML que se tenha para predisposto a assinar o auto de transferência. Existe nesta matéria uma vantagem pois a transferência só começa quando o auto de transferência for assinado; o auto de transferência já andou para trás e para a frente quatro vezes, sendo que valeu a pena toda a discussão que houve pois as insuficiências que se encontraram em vários mapas e capítulos do auto de transferências, por exemplo, só em relação à versão anterior, da última vez que veio, já trazia mais 207.629,00€, pelo que o trabalho

que os técnicos do Município fizeram de conferência estava certo; o Sr. Presidente refere que considera inqualificável a forma como este processo negocial na saúde tem sido trabalhado e negociado. Ao contrário da Educação, onde existiu um interlocutor informado, sério, um debate franco e honesto na busca de soluções, não se responder a um Presidente da Câmara que quer negociar um auto, perceber e negociar não no sentido de discutir preços numa feira, mas conferir a justeza dos valores e dos equipamentos. No auto de transferência não vêm as extensões de saúde do Concelho, mas vêm os assistentes operacionais, no auto de transferência vêm veículos com 380 mil quilómetros, em média. Questiona como se pode permitir que carros que vão passar para a propriedade da Câmara, com seguros da Câmara, podem ser conduzidos por outros que não pertencem aos quadros da Câmara. Existe, portanto, uma série de coisas por esclarecer, mas a verdade é que os mapas continuam a não bater certo. Dá nota, tal como já deu no Conselho Metropolitano e não foi o único, que não se pode fazer uma negociação desta natureza, nem reuniões de trabalho em que existe disponibilidade e abertura, dizendo que ponham as questões para o endereço de email. E quem responde nunca foi um responsável da ARS. Quem responde à Câmara, aos serviços e à senhora vereadora, não sabe se será um chefe de serviços, mas é alguém que não se conhece, não se sabe com quem se está a falar. O próprio diretor do ACES não tem informação, não pode ajudar e quando pediu informação até foi maltratado. Refere o Sr. Presidente que no processo de descentralização, na negociação tem de existir respeito institucional pelas partes, pois não se está “no tempo da outra senhora” em que os Presidentes da Câmara eram comandados pelo Terreiro do Paço. Na Saúde o Auto não será assinado enquanto as contas não baterem certas; desapareceram extensões de saúde do Bairro Alentejano, dos Brejos do Assa, entre outras. Não serão assumidas reparações se não existirem verbas transferidas para a Câmara para esse efeito. Trata-se de um processo de que o Sr. Presidente está a desgostar profundamente ao contrário da educação em que, mais ou menos, foram criadas expectativas de que vão corrigir as coisas. Todos têm de estar de boa-fé e quer acreditar nisso. Se alguém não cumprir, tem o dever de prestar contas à Câmara e dar conta disso. Na questão da Saúde, o Município foi completamente maltratado, as questões ignoradas tendo mesmo sido afirmado pelo senhor Secretário de Estado que o Auto de transferências não é alterável, o que não faz sentido. Amanhã é dia da Saúde e já hoje foi tomada uma posição. É possível tentar perceber as dificuldades que a administração da Saúde tem com tantas respostas para dar, ainda se está a sair destas questões da pandemia, etc., mas a forma como os Municípios têm sido tratados, as respostas são feitas com alguma desfaçatez e com grandes desconsideração pelas propostas apresentadas quando tem existido da parte do Município uma atitude pela positiva, de correção, de identificação, alertando para o que se podem estar a esquecer. Após a aprovação, em reunião de câmara e depois em assembleia municipal quanto às verbas que serão hoje incorporadas, será feito pela Câmara um auto de transferência para a Educação. Toda a equipa municipal e toda a vereação ficará a conhecer em pormenor o que lá constar e depois será discutido o que possa estar em falta. O caminho faz-se com negociação e com debate. Na saúde o assunto só será “colocado em cima da mesa”, sendo que as verbas para isso levarão a

outra Alteração Modificativa que será feita em maio, se estimarmos começar com a Saúde no dia um de junho. Pretende manter clara a posição de não assinar o auto de transferência, que não deixando de ser uma posição política, é a mesma fundamentada com questões de facto e de direito, de inconformidades, de aspetos que não estão claros, com lacunas que existem na informação e nos mapas. Dá o exemplo da autarquia ter construído uma unidade de Saúde Familiar e disseram não valer a pena fazer outro tipo de acordos porque depois vai tudo para a autarquia, sendo precisamente a unidade de Saúde Familiar em que os espaços exteriores já são da autarquia, não precisa de vir no auto; tendo já sido paga a iluminação pública, foi o Município quem a fez como é do conhecimento de todos, se faz sentido não a quererem transferir para o Município, o que não faz qualquer sentido. Alegaram para justificar tal decisão, o facto de nessa unidade de saúde existir uma sala supraconcelhia, destinada a reuniões de assuntos supraconcelhios, para lá irem uma vez por mês, a uma sala num edifício que foi construído pela Câmara Municipal, em terrenos da Câmara Municipal, sendo que quando se fala na transferência do património é precisamente este edifício que não querem transferir. Acredita que o interlocutor, que está do outro lado, só vê o écran do email e não consegue perceber o território, nem com quem é que está a falar, sendo isto que é preocupante nesta negociação.

Refere que tinha de partilhar este assunto com todos os vereadores e esclarece:

- ponto um: o município cumprirá a Lei e assumirá as competências que tinham que entrar em vigor a partir de dia um; na Educação o caminho está a ser feito com dificuldades, mas será encontrado um caminho;

- ponto dois: na Saúde aquilo que se está a passar, leva a Câmara a ter esta posição de não assinar o Auto enquanto as questões anteriormente mencionadas não estiverem clarificadas, em defesa das populações e do interesse público, sendo que tudo o que tiver de ser gasto a mais nestes processos, se houver necessidade de retirar recursos humanos e outros que são próprios da autarquia para competências que já são da autarquia, onde existem dificuldades de resposta, onde se falhou por ausência de recursos, estar ainda a direcioná-los para uma competência em que colocam a Câmara quase como “encarregados operacionais” de gestão do dia a dia dos centros de saúde, em que a Câmara não poderá decidir nada, não vão haver mais médicos por causa disso, nem mais enfermeiros, nem alargar o horário do centro de saúde poderá ser feito porque não existem funcionários suficientes sequer para o abrir. O processo não irá correr bem se estas questões não forem clarificadas; espera o Sr. Presidente, como já foi dito no Conselho Metropolitano, que se possam reunir com a tutela em bloco. A Associação Nacional de Municípios já o fez até antes disto e procurou adiar esta transferência na área da saúde. A senhora ministra Alexandra Leitão não o permitiu e tem agora um resultado: quase ninguém assinou os autos. Espera o Sr. Presidente que o que ficou decidido no Conselho Metropolitano numa conversa sobre esta matéria ajude a desbloquear. O Governo vai ter orçamento, o País vai ter orçamento e tem de corrigir o Orçamento, porque aquilo que está no Orçamento de Estado previsto para vir para as autarquias não bate certo.

. Espaço de Jogo e Recreio junto à antiga “Casa do Povo”, em Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que na Quinta do Anjo decorrerá a renovação do espaço de jogo e recreio junto à antiga casa do povo cuja obra foi adjudicada por 67.372,66 € e 80 dias para execução, trata-se de substituir o equipamento existente pelo equipamento multifuncional para crianças entre os 3 e os 12 anos e ainda de instalar três equipamentos de *fitness* tipo multi estação bem como mobiliário urbano de estadia. A empreitada inclui, também, a criação de zona verde de enquadramento e plantação de arbustos para revestimento dos pequenos taludes, impedindo a saída intempestiva das crianças para a via de circulação automóvel e outro aspeto importante é a melhoria da acessibilidade ao espaço a partir do plano a sul de quota, portanto, superior com acesso rampeado.

. Beneficiação estrutural na Escola de Algeruz / Brejos do Assa – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que está também a decorrer o concurso para uma beneficiação estrutural na escola de Algeruz / Brejos do Assa; trata-se de uma pequena empreitada de reforço da estrutura da cobertura de um telheiro numa sala. A qual tem o preço-base que acrescido de IVA ascende a 74.200,00 euros.

. Empreitada para a rede de esgotos na Lagoinha – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que está também em curso uma empreitada para a rede de esgotos na Lagoinha, a qual tem o preço base de 176.906,37€, valor já com IVA; esta é uma empreitada que vem completar a que está em curso consistindo no essencial em trabalhos de construção da rede de esgotos ao longo da Estrada Nacional 3792 entre a zona de Vale de Touros e um emissário da Simarsul na Rua do Aviário; é este troço da rede que vai permitir ligar os arruamentos que têm vindo a ser infraestruturados.

. Construção de um parque de estacionamento, em Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que foi adjudicada a construção do novo parque de estacionamento em Quinta do Anjo na Rua Manuel Caetano por 89.016,07 €; a obra vai transformar um lote devoluto junto ao mercado municipal e à Estrada Nacional, melhorando a imagem urbana; a empreitada inclui a criação de lugares de estacionamento, devidamente ordenados, um ciclo-parque e a construção de um hangar para autocarros equipada com abrigo, bem como uma caixa de espera para o autocarro na estrada nacional 379; este é um aspeto também de relevo, porque permite que os autocarros deixem de ficar imobilizado no meio da faixa de circulação atrapalhando a fluidez do tráfego e porque também permite a peões circularem e esperarem pelo

transporte em segurança e defendidos das condições climatéricas adversas; tem um prazo de execução de 60 dias.

. Obra de remodelação e beneficiação do Jardim Ferreira da Costa, em Venda do Alcaide – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a obra de remodelação e beneficiação do Jardim Ferreira da Costa em Venda do Alcaide foi adjudicada por 293.719,53 € com um prazo de execução de 150 dias; a empreitada pretende valorizar e remodelar o Jardim dando-lhe novas valências bem como beneficiar a ligação com o espaço envolvente, o Jardim terá um espaço de jogo e recreio uma zona de ginásio e ar livre, zonas de estada, bem com percursos de utilização mista pedonal e ciclável, tendo em conta os principais acessos e ligações pedonais do Jardim; vão ser feitas novas plantações e a manutenção das árvores existentes para reforçar a qualidade paisagística e o conforto climático, aspeto muito importante no contexto atual; o Jardim terá também novas luminárias para maior segurança e conforto dos/das utilizadores/as e ainda a valorização da vegetação existente e proposta.

. Apresentação à Assembleia Municipal de Palmela do novo sistema de transporte público de passageiros em Palmela – Carris Metropolitana – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que vai ser apresentado à Assembleia Municipal o novo sistema de transporte de passageiros de Palmela, a Carris Metropolitana; um novo sistema de transportes que entra em vigor em Palmela no dia um de Junho, a Carris Metropolitana será apresentado aos membros da Assembleia Municipal de Palmela no próximo dia 9 de maio, no âmbito da realização da 32.ª reunião do Conselho Local de Mobilidade; a TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa - fará em Palmela a apresentação do novo operador, a Alsa Todi e do novo sistema de transporte assinalando o aumento do serviço prestado no Concelho, o aumento do número de carreiras bem como de horários. Serão ainda apresentados os autocarros novos, veículos com melhores condições de conforto, segurança, acesso a pessoas com mobilidade reduzida e mais eficientes e ambientalmente sustentáveis.

Em relação a este tema, intervém o Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente** refere que considera importante apresentar a toda a vereação e na Assembleia, em todos os órgãos, o resultado de todo este processo que começou com o “Navegante”, mas tem um trabalho intermunicipal, com a participação também do Município e do Conselho Local de Mobilidade já há alguns anos.

. Projeto de eficiência energética no concelho de Palmela – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que pretende dar informação acerca da evolução do projeto de eficiência energética no concelho de Palmela. Refere que nesta altura já está coberta 63% da rede, que já

foram substituídas. Dá nota do estado lastimável em que têm encontrado a rede, o péssimo trabalho de manutenção com que a E-REDES os brindou, incumprindo constantemente o contrato pelo qual se obriga a manter e renovar a rede do Município. O que se tem encontrado nem tem sido correspondente, sequer ao próprio cadastro da EDP, encontrando zonas não cadastradas e outras que estando cadastradas não têm luminárias. Está a ser feito este trabalho e a desenvolver para que a empresa cumpra as obrigações que tem ao abrigo do contrato de concessão de energia de baixa tensão no Concelho de Palmela e também lembrando que os investimentos na ordem dos 300 mil euros e que devem ser feitos anualmente também não são feitos há alguns anos, apesar da pressão da autarquia, de forma constante. Esta pressão mesmo em termos jurídicos é de todo irreal, uma vez que corresponde, imagine-se em indemnizações feitas em kilowatts, o que apesar do aumento do preço do kilowatt, não dá mais do que 400,00€, o que é ridículo por um incumprimento.

O **Sr. Presidente** refere que, se a EDP incumprir o plano de investimentos na ordem dos 300 mil euros, indemniza a Câmara em 400,00 €. São os famosos contratos leoninos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que foi um contrato transição, percebe-se a passagem do público para o privado, mas depois deixa-se de perceber a duração e sobretudo a aplicação e a fiscalização dessa aplicação; é importante notar que a autarquia também está obrigada pelo mesmo contrato a uma série de procedimentos quando quer mexer numa rede que gere e nesse sentido não teve qualquer tipo de tolerância da EDP; não se trata de devolver seja o que for, trata-se de exigir o mesmo grau de cumprimento que a autarquia presenteou a EREDES e que não é alvo da mesma atenção; tal tem sido descoberto no terreno, nos 25 mil postos que existe para servir o Município nesta função de segurança a pessoas e bens. Em relação ao Jardim Ferreira da Costa, em jeito de brincadeira, refere que tem luminárias novas, que cumprem a norma técnica, para além de novas são inteligentes e com esta brincadeira dá uma pequena dica à divisão de obras. Tirando esta gracinha refere que têm 63% por cento da rede o que se prevê no espaço de um mês ou mês e meio. Endereça desculpas por eventuais incómodos nestas ligações, alguns setores que estão a ser intervencionados por vezes, ficam desligados, como foi o caso em Pinhal Novo, e apelar que onde o serviço não parecer melhor, onde houver diferenças de iluminação porque se tratam de tecnologias diferentes, uma é muito mais difusa e não é uma questão de intensidade uma vez que o led cumpre os valores de intensidade, mas as lâmpadas não são tubulares como vapor de sódio, espalha por todo o lado, não quer dizer que se veja “grande coisa”, mas vê-se “alguma coisa”. Estão a tomar nota destas áreas e a preparar propostas de intervenção no sentido do reforço da iluminação pública pelo que devem contactar a autarquia manifestando as ocorrências; não se fala de zanga, mas sim de uma participação normal e de um processo que se pretende que melhore a iluminação pública, mesmo que isso implique algumas correções na rede.

. Queima do Judas 2022 – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que 2022 é um ano de regresso da queima do Judas. É uma iniciativa que todos os anos envolve centenas de participantes que percorrem as ruas do centro histórico da vila de Palmela e que termina num grande convívio no Largo de São João e volvidos vinte e sete anos desta iniciativa, não só se manter no calendário cultural do Concelho e da Região, como também registou uma cada vez mais maior adesão quer dos grupos participantes quer de público; a situação pandémica impediu a realização deste ritual em formato presencial nos últimos dois anos e este ano regista-se o regresso da iniciativa nos seus moldes tradicionais com a participação dos grupos de teatro e movimento associativo do Concelho num total de doze entidades. A queima do Judas decorrerá no próximo dia 16 de abril, a partir das 21h30 nas ruas do centro histórico da vila de Palmela.

. “Cabaz Solidário Saudável” – 1.ª distribuição do ano reforça rede de apoio alimentar – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que foi feita a primeira distribuição do ano que reforça a rede de apoio alimentar, projeto cabaz solidário saudável que foi criado em 2016 e adaptado em 2020 em virtude da pandemia; constituiu-se como uma medida que pretende concretizar um apoio fundamental às famílias em condições de fragilidade social e económica bem como reforçar e diversificar o cabaz de bens alimentares distribuídos pelo Banco Alimentar contra a fome da península de Setúbal. Nos passados dias 29 e 31 de março, realizou-se a primeira distribuição do ano em cada uma das freguesias em estreita colaboração com o Centro Social de Palmela, Centro Social de Quinta do Anjo, Grupo Sócio Caritativo de São Pedro da Marateca, Grupo Sócio Caritativo da Igreja de Nossa Senhora das Graças do Poceirão e o Núcleo Sócio Caritativo Alimentar da Paróquia de Pinhal Novo. Para o efeito foram adquiridos 170 cabazes constituídos essencialmente por produtos à base de carnes de aves distribuídos por 148 famílias, correspondendo a um universo de 425 pessoas num valor total de 4.907,70 €. Em contínuo diálogo e cooperação com a rede social, esta medida pretende complementar as respostas de apoio alimentar existentes facilitando a estas famílias o acesso a uma maior diversidade de produtos alimentares contribuindo para uma alimentação mais rica, equilibrada essencial a sua qualidade de vida.

. Dia 7 de abril - Dia Mundial da Saúde “Nosso planeta, nossa saúde” – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que amanhã, dia 7 de abril, celebra-se o Dia Mundial da Saúde 2022 “Nosso Planeta, nossa saúde”. A sair de uma crise pandémica, com um planeta poluído e o aumento de doenças como o cancro e as doenças cardiorrespiratórias, a Organização Mundial de Saúde concentra este ano o Dia Mundial da Saúde na atenção em ações urgentes para manter o planeta e os seres humanos saudáveis sob o lema “nosso planeta nossa saúde”; a crise climática, também uma crise de saúde, é a maior que a humanidade enfrenta, estima-se que mais de 13 milhões de mortes por ano em todo o mundo são devidas a causas ambientais e

evitáveis; a pandemia covid 19 mostrou-nos o poder curativo da Ciência, mas também destacou as desigualdades no mundo, revelou fraquezas em todas as áreas da sociedade e sublinhou a urgência de criar sociedades sustentáveis e bem estar comprometidas e alcançar uma saúde equitativa e hoje para as gerações futuras sem violar os limites ecológicos. O Município de Palmela, educador e território de convivência, consciente da sua responsabilidade na definição e implementação de medidas de saúde pública, literacia em saúde e sensibilização para a adoção de hábitos de vida saudáveis em comprometimento com os valores e os princípios da rede portuguesa de municípios saudáveis e com a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, continuará a empenhar-se em múltiplas ações de promoção de saúde da população, a ser um parceiro disponível e pró-ativo do SNS tal como o foi particularmente nos últimos dois anos com a intervenção, para além das suas atribuições articulando entre outras campanhas de vacinação e ações testagens junto da população; destaca-se também o plano local de adaptação às alterações climáticas na preparação do território para enfrentar o desafio das alterações climáticas identificando vulnerabilidades, reduzir riscos e impactos e promovendo a sua adaptação e resiliência e para assinalar a data no dia 7 de Abril entre as 10 e as 12h00 realiza-se, na pista de *check up* em Quinta do Anjo e com recurso à unidade móvel de saúde, uma ação de informação rastreio de autodiagnóstico da condição física e saúde com a parceria do Serviço de Cardiologia do Centro Hospitalar de Setúbal e do ACES Arrábida, unidade de saúde de Santiago de Palmela e Pinhal Saúde com o objetivo de prevenir a doença e capacitar os cidadãos para escolhas saudáveis e ambientalmente sustentáveis.

. “PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa – idade+” – Encerramento da operação cofinanciada pelo Fundo Social Europeu – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que o PRIA viu sua atividade encerrada a 31 de março de 2022, após um breve período de prorrogação; neste encerramento contou-se com a realização de uma atividade intermunicipal “Arrábida no Coração” a 22, 23 e 24 de março, contou com cerca de 90 participantes dos concelhos de Palmela, Setúbal e Sesimbra; e a 30 de março, realizou-se o sétimo colóquio subordinado ao tema “intervenção terapêutica”, em contexto institucional idade+, com cerca de 40 participantes; esta operação da tipologia 9.4 idade+, assumida pelo Município de Palmela no quadro de uma parceria alargada com os Municípios de Setúbal e Sesimbra surgiu da vontade de valorizar e qualificar o território em termos de desenvolvimento e inclusão social no alinhamento do Portugal 2020; a atividade desta operação presenteou o território com novos recursos como a unidade móvel de saúde, o serviço de teleassistência, a pista de *check up* de Quinta do Anjo e um vasto e diversificado leque de atividades dirigidas às pessoas 55+; a taxa de execução financeira é de 100%, correspondendo ao orçamento executado de 519.268,00 €.

. **Campeonato Distrital de Ginástica Rítmica – A Sra. Vereadora Maria João Camolas** refere que se realizou nos dias 2 e 3 de Abril o campeonato distrital da segunda divisão da ginástica rítmica organizada pela Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal na qual competiram 10 ginastas da Sociedade Filarmónica Palmelense Loureiros e destaque para o título distrital do escalão de juvenis alcançado por Maria Rocha, bem como para o apuramento para o campeonato nacional de cinco ginastas Leonor Crespo, Inês Barros, Maria Rocha, Constança Cardoso e Andreia de Jesus, desejando a continuação de bom trabalho até ao campeonato nacional.

O **Sr. Presidente** acrescenta que esses jovens precisam de ser parabenizados e incentivados a continuar a sua prática desportiva de sucesso.

. **III Edição do Concurso Literário promovido pela Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela – A Sra. Vereadora Maria João Camolas** prescinde de apresentar a informação, porquanto o **Sr. Presidente intervém** para sugerir que, dado o adiantado da hora e porque existirão questões a ser colocadas no período da Ordem do Dia, que este tópico seja divulgado publicamente, pois é importante recomendar as bibliotecas.

. **Campanha interna: saúde primária – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que é com grande satisfação que traz uma informação sobre uma iniciativa que irá certamente contribuir para a promoção da saúde e do bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores da autarquia; trata-se da campanha “saúde primária” dirigida aos trabalhadores do Município e que tem dois objetivos fundamentais: em primeiro lugar identificar novas patologias ou eventual agravamento de doenças pré-existentes tais como a obesidade, problemas cardiovasculares e respiratórias, diabetes e outras patologias. Depois, definir estratégias de apoio bem como de acompanhamento com a introdução de novas consultas, nomeadamente de nutrição. Esta campanha irá ser desenvolvida pelos técnicos de saúde da autarquia e pretende-se que, após os rastreios seja assegurado uma intervenção e acompanhamento dos trabalhadores que apresentem risco elevado para a saúde no âmbito das consultas de medicina que são realizadas pelos serviços da autarquia e encaminhados depois os trabalhadores para o Serviço Nacional de Saúde, para o médico de família, bem como sendo aconselhados internamente, com um conjunto alargado de medidas de prevenção. Refere que a campanha irá iniciar-se no Dia Mundial da Saúde, dia 7 de abril.

. **Conferência de cibersegurança “Os Desafios e a Segurança na Sociedade Digital” – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que se trata de um tema de grande importância e atualidade; será levada a efeito uma conferência subordinada à ciber-segurança denominada “os

desafios e a segurança na sociedade digital”. Trata-se de uma iniciativa em parceria com o Centro Nacional de Ciber-Segurança e que terá lugar no próximo dia 21 de abril, no Cine-Teatro São João. Esta iniciativa tem como público alvo os técnicos da Administração Pública, empresas, estudantes, instituições em geral, cidadãos; terá uma conferência central no período da manhã e depois cinco conferências satélite subordinadas a vários temas, desde a ciber-segurança e proteção de dados na Administração Pública, passando pela economia digital e a segurança das empresas e das organizações, pelo digital na vida das pessoas e das cidades, pela inteligência artificial; a conferência ciber-segurança contará com o contributo e a parceria do Centro Nacional de ciber-segurança, Polícia Judiciária, Instituto Superior Técnico, e oradores de várias instituições.

. **Reabertura da Pousada de Palmela** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere, com grande satisfação, que reabriu no passado dia 1 de abril, a pousada de Palmela, um equipamento hoteleiro de grande importância para o concelho, para a região, o assunto já tinha sido trazido pelos senhores vereadores e congratula-se com a abertura deste equipamento tão necessário para a oferta turística do Concelho e que, certamente, irá dar um contributo muito importante para a retoma desta atividade.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Roberto Cortegano, Carlos de Sousa e Raul Cristóvão

. Assuntos apresentados por Múncipes ao Vereador Roberto Cortegano:

. Limpeza das ruas nos centros urbanos – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que lhe têm chegado várias queixas, mais concretamente, dos centros mais urbanos tanto de Palmela como de Pinhal Novo; a questão da varredoura, da própria limpeza, das ervas que abundam pelos passeios, a própria capinagem em muitos sítios, assim como nas bermas de algumas estradas dando como exemplo a estrada da Moita.

. Abandono dos espaços verdes – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que alguns múncipes de Palmela lhe transmitem com alguma tristeza o abandono de alguns espaços verdes e, em concreto do Jardim Joaquim José Carvalho, pelo mau tratamento da relva e das próprias flores que com o tempo têm vindo a desaparecer.

. Falta de iluminação / iluminação insuficiente em alguns postos de iluminação – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que recebeu algumas queixas acerca de alguns pontos em que há falta de iluminação por exemplo, no Largo do Chafariz Dona Maria sobre alguns candeeiros que não estão a funcionar. Outro ponto é o no chamado Parque de Palmela, no ringue atrás, atrás da Associação de Idosos Palmela, uma zona que

também há muito tempo está muito mal iluminada, assim como na Estrada Nacional 369, quando se vem para Palmela, na curva, logo na zona da Quinta das Façalvas.

. Empresa que faz a recolha dos monos em Pinhal Novo – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que, notando-se mais nos Aceiros no Pinhal Novo, a empresa que faz a recolha de monos, ao recolher os monos, compreendendo que aquele seja um trabalho por vezes difícil, por vezes com muita coisa a recolher, mas o que acontece já há muito tempo, algum descuido, alguma falta de cuidado que é existirem zonas onde ficou um buraco, onde estavam os monos e vêm-se lá buracos com um diâmetro de dois metros e uma fundura um metro. Refere que não está a exagerar. Refere que a situação se vai mantendo assim e cada vez os buracos ficam maiores, devendo haver ali alguma atenção.

. Fregueses da Quinta do Anjo – Rua Padre Manuel Caetano – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere uma sugestão que lhe chegou de alguns fregueses da Quinta do Anjo, principalmente de alguns mais antigos e que tem alguma curiosidade relacionado com o nome da Rua Manuel Caetano; há uma Rua em Palmela, que é a Rua Padre Manuel Caetano e a da Quinta do Anjo chama-se Rua Manuel Caetano. Pelo menos, segundo a informação dessas pessoas tal nome visado é dedicado à mesma pessoa que foi padre em ambas as freguesias, que foi condecorado com a Cruz de Guerra na Primeira Guerra Mundial; o Sr. Vereador sugere por isso colocar também na Quinta do Anjo o nome de “Rua Padre Manuel Caetano”.

. **Posto de abastecimento de energia auto na vila de Palmela** – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que existe neste momento na vila de Palmela um posto de carregamento para viaturas elétricas de 22 quilowatts hora. Pensa que estão previstos mais postos e pretende saber se efetivamente estão, se há alguma data de previsão e local, se possível. Refere ainda o Sr. Vereador o problema apresentado já no dia 2 de fevereiro, acerca da gare de um contentor que precisava de ser tapada na Rua Gil Eanes.

. **Gare nos Portais da Arrábida** – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que o trabalho já está feito, começou a ser feito na sexta-feira passada e pensa que, neste momento já está completamente terminado.

. **Avenida dos Ferroviários, em Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** refere que a Avenida Ferroviária em Pinhal Novo, que foi alcatroada com uma camada de alcatrão, permite ainda aumentar as velocidades já tendencialmente grandes naquela zona, foram repintadas as passadeiras e bem, foram colocados novos sinais de indicação passadeira; há já sinais - e considera que vale a pena investir neste tipo de sinal quando se estão a fazer mudanças - com

refletores porque sobretudo de noite e na hora do lusco fusco, permite aos condutores de automóvel, mesmo controlando velocidade, ter a perceção da existência daquela passadeira e com isso regular mais cedo, se tiver de ser feita uma travagem, consegue-se fazer a abordagem mais cedo e com segurança; são sinais com refletores e em cada canto do quadrado existe um refletor que ilumina.

. Pintura das passadeiras – O Sr. Vereador Raul Cristóvão refere que pensa que está prevista a pintura das passadeiras, pinturas horizontais para marcação de lugares de estacionamento na parte sul do Pinhal Novo uma vez que houve arruamentos que foram repavimentados e faz parte da empreitada. Sendo o assunto muito provavelmente das infraestruturas, chama, contudo, a atenção da autarquia que na Estrada Nacional 379 há zonas em que as passadeiras praticamente não existem, as pessoas sabem que existem, mas a maior parte dos condutores não reconhecem que é uma passadeira, até porque se trata de uma Estrada Nacional. Considera o Sr. Vereador que devia ser feito um esforço grande junto das Infraestruturas para que as passadeiras fossem pintadas por uma questão de segurança.

A propósito deste tema - Pintura das passadeiras – **O Sr. Presidente** refere que na reunião feita em Quinta do Anjo, em que o Sr. Vereador não esteve presente por motivos de saúde e foi substituído, foi aprovada uma moção, por unanimidade, e a mesma foi enviada para as Infraestruturas de Portugal fazendo precisamente referência à insistência com a requalificação e com a pintura de passadeiras.

O Sr. Vereador Raul Cristóvão refere, ainda, que viu serem colocados dois blocos de cimento a limitar a zona de entrada e de saída do parque do Largo de São João, estão na diagonal e de noite são dois blocos de cimento escuros e se for para ali ficarem, sugere a colocação de uns refletores para que quem entra faça a manobra para ter a segurança necessária porque pode riscar as viaturas. Não discorda da colocação dos Blocos ou de outra coisa que possa delimitar melhor a entrada e a saída, mas chama a atenção que seria bom terem refletores, em tiras ou com placas.

. Satisfação com a promoção dos produtos locais - “Festival do Queijo, Pão e Vinho” –

O Sr. Vereador Raul Cristóvão refere que pretende mostrar satisfação e dar os parabéns à ARCOLSA pela feliz retoma da Festa Pão, Queijo e Vinho que foi muito participada. O trabalho de ARCOLSA merece reconhecimento não só pelo trabalho que fez na festa, mas pelo trabalho que tem estado a fazer de promoção dos valores e dos recursos, nomeadamente, do queijo na região e na freguesia da Quinta do Anjo.

. Comemorações no âmbito do 25 de Abril – O Sr. Vereador Raul Cristóvão refere que pretende saber até que ponto o Município já está a preparar as comemorações. Considera que são um marco importantíssimo, sendo devido a ele que estão aqui hoje presentes e tal não se pode esquecer; chama a atenção que não há democracia sem sociedade civil, mas também não há democracia sem partidos e pensa que todos deveriam fazer parte das possíveis comemorações ou possíveis comissões que houver, porque a democracia precisa dos partidos e os partidos precisam da democracia.

O **Sr. Presidente** refere que partilha inteiramente desta opinião sendo que a comissão promotora que se está a procurar constituir e aprovar, integra a vereação e os partidos com assento na Câmara Municipal entre outras personalidades da sociedade civil, como é normal e não só.

Informações / Assuntos diversos:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona ter-se esquecido de fazer a menção ao seguinte assunto:

. Parabenizar os/as trabalhadores/as do Município pela sua participação no “Festival do Queijo, Pão e Vinho” – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que muito provavelmente o Sr. Vereador Raúl Cristóvão se terá esquecido de endereçar os parabéns também ao Município pela realização do Festival Pão, Queijo e Vinho e sobretudo, aos trabalhadores do Município que estiveram presentes desde as áreas da higiene e limpeza, às áreas da comunicação e do turismo; uma iniciativa organizada em parceria sendo justo sublinhar o empenho, o profissionalismo e a dedicação dos trabalhadores da autarquia.

Face a esta intervenção, o **Sr. Vereador Raul Cristóvão** menciona que acompanha esta mesma manifestação de parabenização para com os/as trabalhadores/as do Município de Palmela.

Assuntos apresentados pelo Sr. Vereador Roberto Cortegano

. Assuntos que vão sendo apresentados por Munícipes ao Vereador Roberto Cortegano
(Limpeza das ruas nos centros urbanos / Abandono dos espaços verdes / Falta de iluminação - iluminação insuficiente em alguns postos de iluminação / Empresa que faz a recolha dos monos em Pinhal Novo / Fregueses da Quinta do Anjo – Rua Padre Manuel Caetano)

Face aos assuntos antes enunciados, intervêm para dar resposta / esclarecimento:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que estranha algumas notas apresentadas por parecer que vêm num pacote habitual que a bancada do PSD insiste em ir batendo sem que haja uma correspondência concreta com a realidade, mas ainda assim as questões serão respondidas. Existe um problema com a generalização porque as ruas são todas diferentes, têm

comportamentos diferentes e nega-se esse estado geral visto não ter correspondência com reclamações, interpelações à autarquia ou, no limite, em tumultos na própria rua como ações de protesto ou abaixo-assinados. De forma objetiva, havendo especificações o que se faz, em função dos meios existentes e pela gestão que é feita em relação a esses meios e perante o território em que tem de ser dada resposta, o Sr. Vereador aguardará a melhor concretização dos locais exatos, de forma a também dessa foram ajudarem a melhorar o serviço e a resposta aos munícipes pois é para isso que trabalham. Relativamente à questão das ervas, independentemente da delegação de competências, um dia terá de se falar mais abertamente nesta questão das ervas, dos pisos das calçadas portuguesas e das preferências e de compra, elas vivem umas com as outras, do ambiente, pois apesar de ser usado um herbicida biológico não deixa de ser um herbicida, não se poderá dizer que vem aí uma melhoria para o Ambiente em despejar litros de herbicida em zonas de perímetro urbano para responder ao grau de exigência do munícipe em relação ao que é uma erva; refere ainda o Sr. Vereador que não pode deixar de ser comparativo porque estamos numa zona Metropolitana, num contexto até nacional e quando nos deslocamos para outros Municípios podemos comparar. Costuma-se dizer que “com o mal dos outros pode-se bem”, não serve de nada e assume, mas a realidade, a resposta da autarquia é a de que tem feito um esforço tremendo, até com a aquisição de serviços. Anualmente surgem as questões das ervas e ambas as brigadas já estão a aplicar herbicida, tendo já sido iniciado este trabalho há uma semana, houve antes disso um período de chuva com algum calor que corresponde sempre a esta zona de pressão e espera controlar algumas zonas, que já denotam algum verde nos passeios, o mais depressa possível. Este é o trabalho habitual da autarquia nesta altura do ano. A isto se juntam alguns prestadores de serviços em termos de deservagem manual, para não se fazer tudo em herbicida, que escorrega durante umas horas, tem um cheiro que incomoda, tenta-se fazer a sua aplicação de madrugada com a disponibilidade dos trabalhadores que nesses dias começam a trabalhar muito mais cedo, este ano tenta-se usar todos os aplicadores ao mesmo tempo no mesmo território para ser o mais depressa possível mas tem as suas inconveniências, os seus incómodos e tenta-se que a roçagem mecânica faça parte o que também tem incómodos, por vezes um carro riscado ou um vidro partido, coisas que acontecem e que têm de se resolver. O Sr. Vereador refere que poderá ir ao Jardim Joaquim José de Carvalho, que já teve no passado um problema de fungos em relação à relva, mas que tem levado, ao longo do tempo e ao longo do último ano uma série de intervenções, os muretes foram pintados, recuperados, estão a substituir as sebes, a casa de banho está praticamente pronta após muitos anos de encerramento e há bem pouco tempo retirou-se uma rede elétrica anterior que ainda estava enterrada e que corria o risco de ser uma relíquia arqueológica daqui a uns tempos, enquanto se fazia a renovação das sebes; foi feito um reforço de papelerias e, no cômputo geral, não têm chegado as justas reclamações. São feitas duas plantações de flores anualmente e com isso embeleza-se também a casa dos residentes em Palmela, uma vez que muitos munícipes em Palmela aproveitam para fazer a deslocalização das flores até à sua casa, situação que já se juntou com toda a naturalidade à tendência, não deixa de ser um investimento

importante que também traduz bem estar no lar do munícipe e cumpre o seu objetivo de uma flor. Considera o Sr. Vereador ser bastante injusto, até para o esforço que os funcionários e que a própria empresa tem tido neste Jardim; refere que poderá deslocar-se ao Jardim, que está próximo e se houver algo que possa estar a escapar, com toda a humildade, será incorporado nos trabalhos o que se verificar. Em relação à EN379, é uma estrada nacional, não é perímetro urbano, pelo que não compete à autarquia a deservagem ao longo de essa via, mas a autarquia relembra várias vezes a Infraestruturas de Portugal, que tem o seu próprio calendário em termos nacionais para realizar esse serviço. Relativamente à IP, sendo que alguns casos já estão resolvidos, nomeadamente o referido nas traseiras, em relação aos idosos, já houve despacho, esperando-se pela EDP. As outras situações referidas pelo Sr. Vereador, tentarão resolver, são 25 mil lâmpadas, espera-se que sendo Led e com grande parte da rede informática inteligente as avarias sejam detetadas por comunicação do próprio sistema, enquanto o sistema que a EDP pratica há 20 anos é por comunicação de quem se sente afetado. Exemplifica que não havendo luz numa rua ou se vai à aplicação ou fala-se com a Junta. A Junta comunica à Câmara e o processo que devia depender da verificação da E-REDES acaba por depender do incómodo do munícipe, que se zanga naturalmente com todas as instituições que tem à sua volta, sendo aquela que está mais próxima a que normalmente apanha o primeiro embate da reclamação e que, do ponto de vista do munícipe, é absolutamente justa. Espera-se futuramente não haver casos para responder, que a avarias sejam respondidas em 72 horas ao invés dos 10 dias úteis atuais que a E-REDES leva e sendo uma rua inteira será em 24 horas, havendo esse grau de prioridade. Refere que irá avaliar os casos, serão resolvidos caso se verifiquem com vista a melhorar e agradece os contributos.

Quanto à questão do Largo, relacionada com os projetores que estão na rotunda, eventualmente desligados, refere que é uma zona que não está cadastrada, porque foram feitas intervenções para a iluminação do próprio Chafariz. Nesta altura estão a ser resolvidas todas as zonas com projetores para os colocar no cadastro e minorar essa questão referida pelo Sr. Vereador.

O **Sr. Presidente** refere que é normal nesta altura começarem a surgir reclamações por causa das ervas porque elas estão precisamente no tempo do seu crescimento mais entusiasmante e é precisamente também agora que se está a intervir; o mesmo relativamente à capinação e desmatação das bermas das estradas e dos caminhos municipais. O Sr. Presidente refere ainda saber que, pelo menos desde 2009, eram feitas duas, raramente três vezes por ano e nos últimos anos é feito, seguramente, quatro vezes por ano; só é feito depois das ervas crescerem, primeiro têm de crescer para que se possa atuar com alguma eficácia. Pode haver tranquilidade pois este é um assunto que está no plano de trabalhos e será visto como dar conta do assunto na Primavera até maio para que tudo fique em melhores condições.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que relativamente à questão do *outsourcing*, dos monos e dos buracos dá nota que existe a mesma preocupação que o Sr. Vereador; têm vindo junto da empresa a notificar no sentido da sua reposição; dá nota que tiveram que colocar os

encarregados da autarquia a fiscalizar o próprio trabalho da empresa, tendo sido detetados no Concelho mais de trezentos buracos por tapar, foi imposto um prazo para resolverem o assunto, prazo esse que foi incumprido primeiramente, voltou-se a insistir e o que se verificou foi que a execução do trabalho por parte da prestadora de serviços, para além de fora do prazo foi mal executado, ou seja, colocaram umas carradas de areia dentro dos buracos sem qualquer compactação e com as chuvas e o vento voltaram a ficar os mesmos buracos; neste momento foi determinado encetar procedimento com vista a aplicação de sanções pecuniárias, o que não pode deixar de ser feito; dá nota que no final da semana passada recebeu uma notificação da empresa no sentido de pedir a prorrogação do prazo para a execução dos trabalhos de tapagem dos buracos, dando nota da dificuldade de recrutamento de pessoal para a execução de trabalho, o que não deixa de ser verdade que existe esta dificuldade no mercado, a própria autarquia também tem, mas não irá abdicar das sanções pois têm sido prejudicados com esta má execução por parte da prestadora de serviços. Relativamente à questão dos postos de carregamento elétrico dá nota que está para ser desenvolvido o procedimento de hasta pública ou concurso para os mesmos; existe algum atraso da parte do Gabinete do Ambiente, face ao volume de trabalho que a entrada em funcionamento da nova contratação de serviço dos transportes, mas recorda o que já foi dito, em anterior reunião de câmara, relativamente aos PCVE que estão previstos pelo menos de 12 postos de carregamento que são no Largo José Maria dos Santos em Pinhal Novo, Praceta João Coelho em Pinhal Novo, Avenida da Liberdade em Águas de Moura junto à Igreja e Centro Cultural do Poceirão, Mercado Municipal de Quinta do Anjo, Largo da Mitra também em Pinhal Novo, Centro de Saúde de Pinhal Novo, Centro de Saúde de Quinta do Anjo, Largo de São João junto à Igreja Matriz de Palmela e existem já dois com as obras já executadas, falta só a colocação, quer no Departamento de Administração Urbanística (DAU), quer junto aos Armazéns Gerais; está assim a infraestrutura executada. Refere, ainda, a Sra. Vereadora que lamenta que, relativamente àquilo que foi a estratégia nacional, através da figura da empresa da MobiE, o atraso que houve, também, para a implementação destes postos de carregamento; refere ainda que ontem, no Fórum de Mobilidade Elétrica, viu-se o desequilíbrio que existe no território Arrábida ao nível das cidades de Setúbal, Sesimbra e de Palmela, é um desequilíbrio total, situação que não deixou de ser reivindicado e criticado em tempo oportuno pelo Município. Refere que o Município havia solicitado que essa rede nacional pudesse desde logo contemplar não só Palmela, mas também Pinhal Novo o que não foi acolhido, sendo que esse caminho está a ser feito pelo Município. Também através da Agência de Energia e Ambiente, existe mais um posto, o qual acresce aos referidos 12 PCVE junto ao Mercado Municipal de Pinhal Novo, esse concurso decorreu já, está adjudicada a obra e mais uma vez devido à burocracia com a E-REDES bate na trave aguardando-se uma mera declaração para que o posto seja colocado no Mercado. Em breve conta-se ter mais notícias.

O **Sr. Presidente** refere que espera que este ano seja de mudança porque o concelho precisa dessa rede.

Relativamente à questão da sinalização na Avenida dos Ferroviários, o **Sr. Presidente** refere que, por um lado, quanto à sinalização horizontal falta concluir a pintura de uma passadeira numa das zonas; foram colocadas bandas cromáticas um pouco mais altas que as habituais e, para além dos sinais com refletores, tem mesmos uns com pisca-pisca; já foram adjudicados com painel de energia solar e ficarão em duas zonas de passadeiras que são aquelas mais utilizadas, porque polvilhar uma Avenida daquelas de sinais desses fica muito dispendioso; está na zona onde há maior atravessamento de crianças e famílias para a Escola Básica Alberto Valente e para um outro estabelecimento comercial muito frequentado, onde as crianças vão comer umas guloseimas, que fica a meio da Alameda. Por outro lado, os serviços têm estado, quer em antigas urbanizações, quer em espaço urbano consolidado, à medida que se vão fazendo as repavimentações, etc., a substituir o mesmo sinal convencional, porque ele próprio tem alguma deficiência, sendo pouco refletor, mas alguns já são tão antigos que têm pouca tinta. Refere ainda que há que garantir que faz a diferença, sobretudo à noite, e percebe-se bem que faz a diferença. Há, portanto, sintonia e será o primeiro local a levar esse tipo de sinais no concelho e terá de ser ver quanto tempo é que as baterias resistem.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_08-22:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Na situação presente, de apoio a famílias ucranianas refugiadas no Concelho de Palmela, foram aceites, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, doações em espécie efetuadas pelo Intermarché de Palmela e pela Serra do Louro – Sociedade Farmacêutica, Lda., conforme as informações técnicas que se anexam.

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
INTERMARCHÉ S.A. SUPERPALMELA SUPERMERCADOS NIF: 507545362 Cabeça do Velhinho - Vale de Benções 2950-439 Palmela	Bens de primeira necessidade, alimentos não perecíveis, produtos de higiene, roupa de cama; vestuário, etc., conforme descrito na relação inserida na informação anexa	Apoio aos Refugiados Ucrânianos	1.481,71 € (mil, quatrocentos e oitenta e um euros e setenta e um centavos)
SERRA DO LOURO – Sociedade Farmacêutica Lda NIF: 513933700 Rua Venâncio da Costa Lima, 91 2950-701 Quinta do Anjo	Produtos de higiene, alimentos para bebés; medicamentos genéricos, material de primeiro socorro, conforme descrito na relação inserida na informação anexa	Apoio aos Refugiados Ucrânianos	1.949,53 € (mil, novecentos e quarenta e nove euros e cinquenta e três centavos)
TOTAL			3.431,24 € (três mil, quatrocentos e trinta e um euros e vinte e quatro centavos)

Tendo em consideração a urgência na entrega de bens e a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal em tempo útil, a aceitação da doação foi aprovada por despachos do Sr. Presidente da Câmara, respetivamente de 22/03/2022 e de 31/03/2022, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, do RJAL.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se** a ratificação da aceitação das doações objeto da presente deliberação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Aceitação de doação.

PROPOSTA N.º GAP 02_08-22:

«Dando continuidade ao Programa Mecenaz de Palmela, **propõe-se** que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aceite a doação que a seguir se discrimina:

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETOS
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA C.C.A.M. Entre Tejo e Sado, CRL Balcão Pinhal Novo Largo da Independência nº 1 2955-120 Pinhal Novo NIF: 503848271	Doação monetária no valor de 1.000,00 € (mil euros)	Palmela Wine Jazz – 400,00 € Pinhal Novo Night RUN – 300,00 € Festival Folk – 300,00 €
TOTAL		1.000,00 € (mil euros) .»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Declaração de reconhecimento de interesse económico e social, no âmbito do n.º 3 do artigo 20º do Regulamento do PDM e ao abrigo do artigo 8º, do Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho, para a empresa Smartenergy.

PROPOSTA N.º GAP 03_08-22:

«A 19/06/2019 foram aprovadas, por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de Palmela, as propostas intituladas “Declaração de reconhecimento de interesse económico e social, no âmbito do n.º 3 do artigo 20º do Regulamento do PDM – Central Fotovoltaica de Quinta da Seixa – Smartenergy 1813” e “Declaração de reconhecimento de interesse económico e social, no âmbito do n.º 3 do artigo 20º do Regulamento do PDM – Central Fotovoltaica do Poceirão – Smartenergy 1814”, relativas aos projetos da Central Solar Fotovoltaica de Quinta da Seixa e da Central Solar Fotovoltaica de Poceirão, que agora se pretendem ampliar.

Todos os projetos estão em fase muito avançada de desenvolvimento, estando já contratados os terrenos e concluídos os estudos ambientais, tendo a Agência Portuguesa do Ambiente, no caso da CSF de Sadino e da Fase 2 da CSF de Quinta da Seixa, expressado que os projetos são “(...) não suscetíveis de provocar impactes negativos significativos no ambiente (...)”, pelo que estão dispensados do procedimento de avaliação de impacte ambiental.

A Central Solar Fotovoltaica de Sadino é detentora do necessário Título de Reserva de Capacidade de Injeção na Rede Elétrica de Serviço Público e tem já definidas, pela E-REDES, as condições de ligação, salientando-se que toda a linha elétrica entre a Central Solar e a Rede Elétrica de Serviço Público está prevista ser enterrada na berma de caminhos municipais, de maneira a serem mínimos os eventuais impactes causados.

As fases 2 da Central Solar Fotovoltaica de Quinta da Seixa e da Central Solar Fotovoltaica do Poceirão foram projetadas de maneira a não ser necessário qualquer reforço da rede elétrica existente nem construídas novas linhas. Serão apenas instalados mais painéis solares fotovoltaicos, os quais serão ligados aos circuitos elétricos existentes por intermédio de cabos enterrados em valas nos terrenos contratados.

O conjunto dos projetos terá uma potência instalada que se estima em 50 MWp, estimando-se que serão investidos cerca de 23.000.000€ (vinte e três milhões de euros) na sua construção.

Elencam-se, de seguida, alguns dos principais benefícios socioeconómicos que os três projetos induzirão a nível local:

1. Redução da emissão de gases com efeito de estufa e segurança de abastecimento:

- Produção anual, estimada, de 70 GWh de eletricidade verde, equivalente ao consumo doméstico de aproximadamente 53.000 habitantes de Palmela, correspondente a 15% do consumo anual de eletricidade do Município de Palmela (2019);
 - Evita a emissão anual de 27.000 toneladas de CO₂, comparativamente à produção a partir de gás natural de ciclo combinado;
 - Através da produção de eletricidade a partir de uma fonte endógena e ilimitada, os projetos irão aumentar a segurança no abastecimento de eletricidade no país, reduzindo a sua dependência das importações relacionadas com o setor energético e contribuindo para um aumento das exportações.
2. Criação de emprego e impacto na economia local:
- Entre 200-250 trabalhadores, por projeto, durante o período de construção. Expectativa de contratação de mão-de-obra local entre 20% e 40%, através da implementação de boas práticas na contratação;
 - Projeção do Município enquanto líder na produção de eletricidade verde, aumentando o potencial e atratividade do concelho para o acolhimento de empresas dedicadas ao fornecimento de serviços associados durante o período de construção e de operação.
3. Integração de uso agrícola e respeito pelo habitat
- Otimização da utilização do recurso solo, através da implementação de pastoreio com recurso a gado ovino e da produção de culturas compatíveis e sustentáveis, durante o período de exploração das centrais solares fotovoltaicas;
 - Criação de emprego;
 - Iniciada uma colaboração com um consultor especialista, para identificação das melhores soluções.
4. Fornecimento local de eletricidade e poupança económica
- Possibilidade de fornecimento de eletricidade (mais barata e verde) a consumidores locais, através de ligação direta às centrais fotovoltaicas – aumento de competitividade;
 - Aumento do potencial do Município em atrair empresas cuja atividade possa beneficiar do consumo de eletricidade verde, em condições comerciais mais competitivas.
 - Disponibilização de verbas que servirão como contributo para outros projetos que possam beneficiar a comunidade local, a serem designados pela Câmara Municipal.

É importante referir que, em 2016, Portugal ratificou o Acordo de Paris, no âmbito do qual estabeleceu os objetivos de redução de 30 a 40% das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) até 2030 (relativamente aos valores de 2005), e atingir a neutralidade carbónica em 2050. Acresce que o Plano Nacional Energia e Clima (PNEC), apresentado em janeiro de 2019, para

além de estabelecer metas de redução de emissões de GEE ainda mais ambiciosas (45 a 55% de redução de emissões), estabelece uma meta de 47% de incorporação de renováveis no consumo final de energia. Assim, a utilização de fontes renováveis para produção de energia elétrica é uma das vias para atingir os objetivos de redução propostos, constituindo, por si só, um eixo de atuação prioritário para a governação nacional.

Assim, e sem prejuízo da obtenção de pareceres favoráveis de outras entidades que sobre a matéria se devam pronunciar, considera-se que estão reunidas as condições para a emissão da declaração de Interesse Económico e Social para as novas localizações acima descritas.

Pelo exposto, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto no artº 8º do Decreto-Lei nº 76/2019, de 3 de junho, com remissão expressa ao Anexo I deste diploma, e o disposto no nº 3, do artº 20º do Regulamento do PDM, a Câmara Municipal de Palmela delibere aprovar a emissão de Declaração de Interesse Económico e Social destes projetos.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_08-22:

«A 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026 tem como finalidade:

- Incluir verbas relativas à Transferência de Competências na área da Educação;
- Proceder à inscrição de parte do saldo da gerência de 2021, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam “a definir” e o reforço de outras com dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano
- Efetuar outros ajustamentos de menor monta nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental até ao momento.

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão de parte do saldo de gerência de 2021, no valor de 1.051.428€ (um milhão, cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito euros).

Efetuuou-se, também, o reforço das seguintes rubricas:

- transferências correntes no valor de 3.757.179,00 € (três milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e nove euros) relativo à comparticipação do Orçamento de Estado no âmbito das Transferências de Competências da Educação;

- venda de bens e serviços no valor de 30.600,00 € (trinta mil e seiscentos euros) relativo à comparticipação familiar das refeições escolares do 2º e 3º ciclos e secundário, no âmbito da transferência de competências;
- venda de bens de investimento no valor de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) relativo à venda de imóvel.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual definida de 46,8 milhões de euros passam, após esta Alteração Modificativa, a dispor de uma dotação no valor de 48,7 milhões de euros.

O total do Orçamento após a 2ª Alteração Modificativa é de 78.661.763,00 € (setenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e três euros) que representa um acréscimo de 6,62% relativamente ao Orçamento atual.

Assim, **propõe-se**, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com o art.º 130.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que a Câmara Municipal aprove, para posterior submissão a deliberação da Assembleia Municipal, a 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026.»

Sobre a proposta de 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026, numerada DAFRH 01_08-22, intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que relativamente - *"à inscrição de parte do saldo da gerência de 2021, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam "a definir" e o reforço de outras com dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano"*, tal relaciona-se com o aumento dos custos com outras matérias-primas, mas também com o aumento das empreitadas, chegando algumas já a ter aumentos de 5% dos valores; relativamente *"à inclusão de parte do saldo de gerência de 2021, no valor de 1.051.428€ (um milhão, cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito euros)."*, o Sr. Presidente refere que já tinha sido incorporada uma tranche maior, havendo agora mais um milhão, não sendo ainda incorporado todo o saldo de gerência que está a ser guardado para a terceira alteração modificativa que terá, entre outras, as transferências para as Juntas e a incorporação das transferências na área da Saúde. Em Maio haverá, certamente, outra alteração modificativa. Relativamente *"à venda de bens e serviços no valor de 30.600,00 € (trinta mil e seiscentos euros) relativo à comparticipação familiar das refeições escolares do 2º e 3º ciclos e secundário, no âmbito da transferência de competências;"*, vai-se receber para contratar refeições, mas também vai haver uma receita, sendo evidente que será mais limitada, há aqui um benefício social dado às famílias; relativamente *"à venda de bens de investimento no valor de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) relativo à venda de imóvel."*, tratou-se de um imóvel que o Município tinha em Setúbal que está devoluto, sendo alienado para se investir na aquisição de outros no Concelho de Palmela, com vista à sua reabilitação e para introduzir no âmbito da estratégia local da habitação.

Havendo reforços e anulações que vão de um lado para o outro, o Sr. Presidente destaca como verbas mais significativas o licenciamento de software e o fornecimento de serviços, para além da necessidade de software, por exemplo, para o serviço educativo do museu e para outros que são novas realidades onde tem de ser dada resposta; há um acréscimo significativo na ordem dos 40.000,00 € que tem a ver com as novas competências na área da Educação, que as famílias dos alunos, as escolas e os serviços vão ter de utilizar; teve que ter um upgrade para introduzir agora no segundo e terceiro ciclo e secundário, esta é uma das verbas que não veio da administração central, mas será garantido pela autarquia o recurso a esta plataforma porque é por aqui que se consegue trabalhar. Existe um reforço de 80.000,00 € na transferência de competências que vai diretamente para os quatro agrupamentos e escolas secundárias, de 20.000,00 € para cada, encargo com instalações 379.691,00 €, sendo que esta transferência está a fazer com que os orçamentos municipais tenham cada vez mais despesa corrente. Qualquer dia não será possível cumprir as Leis do orçamento, mas isto tem de ser mudado porque são correntes e saem como despesas correntes mas é um dinheiro que é integralmente entregue às escolas para dar resposta às despesas do funcionamento corrente das escolas; para a escola a tempo inteiro e porque se entende que a gestão deve ser partilhada, esta é uma receita que também segue diretamente para as escolas: 205.698,00 €. Transferência de competências com refeições escolares, segundo e terceiro ciclo: 176.000,00 € havendo, contudo, preocupação com os anos seguintes, projetar já os anos seguintes por causa do concurso; estas são as tais contas se faz questão de revelar com toda a transparência a todo o executivo municipal. Para os anos seguintes serão 520.000,00€ por ano de acréscimo. É assim necessário ver o que é que isto vai dar com o preço das refeições, com o dinheiro que se recebe do Orçamento de Estado e com aquilo que efetivamente se vai gastar. Mas, para já há que dotar o orçamento destes valores para se poder fazer os concursos e ver-se-á a questão dos salários, dos preços, se há empresas, que hoje colocam a questão de não saberem, por exemplo, como estará o preço da batata ou da coxa de frango no próximo ano, o que torna difícil assumir um compromisso do valor refeição de quatro ou três euros e meio. A situação é difícil, vários Municípios estão a ficar sucessivamente com concursos desertos, citando a Amadora pois foi um dos Municípios com que o Sr. Presidente falou com a Presidente daquela edilidade no último Conselho Metropolitano e que estava bastante angustiada, porque qualquer dia terá de fazer mais um ajuste direto para conseguir garantir as refeições. Para a estratégia local de habitação, existem 90.000,00 € com vista a uma assessoria técnica especializada durante um ano para tudo aquilo que diga respeito aos projetos de investimento, ao desenvolvimento das peças procedimentais para contratação de projetos e empreitadas, são dezenas e dezenas de fogos, dezenas e dezenas de projetos, uns de reabilitação, outros de construção nova que, na nossa divisão de estudos projetos obras e empreitadas só para fazer tudo aquilo que está no programa de mandato, não chega. O que surge no dia a dia também não, pelo que têm de ter equipas externas sob pena de não se conseguir em tempo útil lançar os procedimentos e as obras, os cadernos de encargos, que são uma "dor de cabeça", sobretudo com a flutuação dos preços que existe. Existem outros reforços,

por opção programática que não se estão a terminar também, e há ainda a revisão de preços, por exemplo no importante projeto para execução de drenagem de águas residuais domésticas na zona do Abreu Grande - Carregueira, o projeto está a ser finalizado e à medida que se finaliza o projeto percebe-se que o valor da obra vai ser superior, havendo por isso um reforço de 50.000,00 €.

Há condições de se lançar um novo espaço de estacionamento e árvores na Rua João de Castro e na Rua Mouzinho de Albuquerque em Pinhal Novo, havendo um reforço de 40.000,00 € para se poder lançar; existem várias questões relacionadas com o funcionamento de bibliotecas, equipamentos culturais sendo verbas de pouca monta que saem de um lado e vão para outro, no associativismo há uma troca de rubrica na ordem dos 16.000,00 € para permitir fechar a proposta global dos apoios no âmbito do regulamento do movimento associativo que se estima vir em abril à reunião de câmara.

De significativo: no espaço de jogo e recreio, sai de um lado e vai para outro; na eficiência energética em edifícios municipais foi preciso mais 20.000,00 € para lançar um concurso para a tal estrutura que vai receber os painéis fotovoltaicos na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, sendo que os painéis já estão garantidos. Quanto à rede viária municipal, existem muitos reforços relacionado com as necessidades de obras e de respostas por administração direta, mas refere verbas para projetos de compromissos de mandato e de compromissos no âmbito "Eu Participo", verbas para projeto de pavimentação da Rua Isidoro Vitorino na Lagoinha, uma rua que já está infraestruturada, já tem esgotos e está na altura de fazer o projeto; da Rua Manuel Xavier de Carvalho, a segunda fase em Cabanas, ainda precisa de um reforço pois consta 5.000,00 € mas a rua custa mais, esta verba é apenas para lançar o concurso; a Rua Jaime Lopes Baião, na Venda do Alcaide também reclamado no "Eu Participo" a substituição do piso; obras que estavam no início do plano para 2023 na Rua António Joaquim Ferreira Calote, a Rua Manuel Basílio e a Rua João Petrónio em Cabanas, com a conclusão dos projetos troca-se e avança-se com os concursos para a obra e depois será revisto o orçamento em 2023. Também a Rua dos Cavaleiros, em Arraiados, e a Rua das Boiças em Quinta do Anjo precisam de uma intervenção urgente para um pequeno condomínio de empresas, premiadas PME Excelência, que têm um acesso muito maltratado e está na altura de se resolver definitivamente aquele acesso. Uma série de obras que, não sendo obras de milhões, são obras importantes para a qualidade de vida das pessoas sendo intenção avançar já, tal outras como, por exemplo, aquelas que tinham de se incluir no programa que felizmente já se assinou e contratualizou com a Área Metropolitana, do plano de ação para as comunidades desfavorecidas de Poceirão/Marateca em que se conseguirá alocar seis milhões e quinhentos mil euros de investimento no território, sendo que tal verba ainda não pode ser inserida no orçamento enquanto não vier especificada por rubricas. Considera que este ano se vai bater o recorde das alterações modificativas. Habitualmente fazem-se duas, ou três, no máximo por ano, permutativas fazem-se as que forem necessárias, mas este é um ano especial

com novas candidaturas, com transferência de competências e terá de se fasear e, por isso, não se quis gastar já o resto do dinheiro do saldo de gerência.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** questiona, na referência à venda de bens de investimento no valor de 45 mil euros, relativo à venda de um imóvel, qual é o imóvel.

O **Sr. Presidente** responde que se tratava de um apartamento em Setúbal muito maltratado que é frequentemente ocupado ilegítimamente, e no âmbito da estratégia de local de habitação considerou-se que, em vez de estar a alojar pessoas no concelho vizinho, queremos é alojá-las no Concelho de Palmela e era mais vantajoso vendê-lo, colocando-a no mercado através de uma imobiliária e investir esse dinheiro naquilo que tem estado a ser feito que é comprar outros no concelho de Palmela.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que ouviu muito atentamente as explicações que o Sr. Presidente prestou, estando em causa uma alteração modificativa que ascende a três milhões e setecentos mil euros do orçamento, sendo que o orçamento é e deve ser encarado como um instrumento estratégico de planeamento; refere que quando se constrói um documento desta envergadura - e deve ser feita a vénia a quem constrói um documento desta natureza pois não é um documento fácil de fazer -, deve ser feito com o máximo rigor e tentando, extrapolar para o ano todas as despesas e todas as receitas que se prevê vir a ter. E as alterações modificativas são aquilo que a própria literatura diz pequenas obras que vão surgindo, pequenos projetos que não estão ao nosso alcance na altura do documento, se extrapolarmos que elas vão existir, vão sendo feitas essas correções; quanto à transferência de competências já se tinha conhecimento que elas iam ocorrer, pois em dezembro quando se analisou o orçamento, a bancada do Partido Socialista referiu na altura que se estava a aprovar um documento apenas indicativo e não era um documento vinculativo, que não nos poderíamos reger por ele, porque a transferência de competências e todas as verbas que iriam incorporar esse orçamento, iriam desvirtuar todo o documento e todo o custo global que estava lá. Está a ser incluído apenas uma área, a da Educação e já estamos a alterar a dotação do orçamento de 46,8 milhões para 48,7 milhões, mais de 6% daquilo que nós tínhamos analisado. Sendo apenas uma nota, refere a Sra. Vereadora considerar que não é a forma correta porque na altura referiu e continuam a debater e a achar que teria sido mais correto, apesar de ser um modelo de gestão, que se sabia na altura, mais ou menos, a noção das verbas que toda esta transferência acarretaria, não se sabiam os valores corretos porque foram alvo de negociações, mas já se tinham os valores globais mais ou menos, quais eram as transferências e, por isso, poderíamos ter estimado esses valores e, agora sim, nas alterações modificativas seria ajustado os verdadeiros valores que vão ser transferidos e às despesas que se vai tendo e dispersando para os setores devidos. Não considera esta alteração correta contabilisticamente, ou pelo menos, consideram que esta não é a melhor forma de o fazer, reconhecendo que foi uma opção da autarquia. Refere que votarão favoravelmente até porque a transferência de competências é algo com que se têm debatido há algum tempo e, finalmente serão incorporadas em orçamento e, por isso, o voto será favorável.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que esta é a segunda alteração modificativa, já tendo havido a primeira alteração para a alocação do saldo de gerência que vem do ano anterior e, na opinião do PSD, continua a ser a mesma e repetem praticamente o mesmo de quando existem estas alterações modificativas; o saldo de gerência inicial era de 16 milhões, 668 mil euros aproximadamente. N 1.ª Alteração Modificativa, já foram alocados 13 milhões e 700 mil euros, e ficaram 3 milhões de euros para agora. Aloca-se desse saldo de gerência de 1 milhão e 52 mil euros, e depois há-de haver uma outra alteração modificativa que ainda vai incorporar o restante saldo de gerência de 1 milhão 950 mil euros para as transferências de competências da Educação; o que acontece é que com este saldo da gerência, sempre disseram e continua a dizer, é que é dinheiro que não foi aplicado, neste caso nem em 2020, nem em 2021, são projetos e obras que se vão atrasando e o dinheiro que falamos aqui é sempre o mesmo pois começou-se com um orçamento que tinha inicialmente de cerca de 60 milhões de agora só com o saldo de gerência que já se colocou, já vai em 74,800 milhões de euros, e é desta forma que o orçamento vai aumentando, estando a falar-se praticamente sempre do mesmo dinheiro que vem e estão sempre a pedir o mesmo porque é o que acontece. Refere que, de facto, está-se na 2.ª Alteração Modificativa, no início de abril e vai haver mais umas quantas como o senhor Presidente referiu. Refere ainda o Sr. Vereador que concorda com o que foi dito pela Sra. Vereadora Mara Rebelo no sentido de que os orçamentos são feitos para termos uma ideia, logo no início, de tudo aquilo que já se sabe que se vai colocar e depois fazem-se pequenas retificações, vai-se atualizando o orçamento, mas com coisas que não se esperam ou com pequenas alterações que aconteçam, não com aquilo que já sabemos que vai acontecer, mas que não fazemos na altura e depois esperamos para andar constantemente a modificar o orçamento. Refere que o sentido de voto vai ser o mesmo, que neste caso o orçamento até foi discutido em 2021 e o PSD votou contra e agora vão abster-se nestas alterações significativas.

O **Sr. Presidente** refere que percebe as questões de princípio, em particular o PSD tem sempre este discurso um pouco de terra queimada, vota contra obras que reclamaram, sendo tal situação interessante e não quer deixar de o referir; quanto ao saldo de gerência, quando o Sr. Vereador Roberto Cortegano refere que as obras são sempre as mesmas, o Sr. Presidente pede desculpa mas desmente-o e aconselha-o a comparar os documentos, sendo que acabou de ser referido três obras novas na área da rede viária e algumas até antecipadas. Refere ainda que se está também a fazer uma alteração colocando mais 400 mil euros para o pavilhão da Escola Secundária, tendo em conta que os valores de mercado nos últimos dois anos não param de crescer. Já foi feito caderno de encargos duas ou três vezes e quando se lança o concurso, não é ainda o valor previsto, sendo que a legislação permite uma percentagem para adjudicação, o que no passado não era possível. No último ano houve concursos que foram abaixo sucessivamente, dando o exemplo da "Janela da Arrábida" que já foi quatro vezes a concurso e o orçamento tem de ser reprogramado financeiramente; se os concursos têm delongas, o

orçamento e as revisões têm de acolher a reprogramação e têm de acolher o aumento galopante dos valores das empreitadas. Quanto ao comentário da Sra. Vereadora Mara Rebelo, considera o Sr. Presidente que não faz sentido e não conhece, até municípios do Partido Socialista, que o tenham feito e o que o fez deu-se mal com isso, nomeadamente Vila Franca, devendo informar-se do que aconteceu no início de 2021. Refere o Sr. Presidente que não faz sentido a opinião de que já deviam ter sido colocadas as verbas referentes às transferências de competência no orçamento inicial pois haviam portarias que não tinham sido publicadas, não se conheciam os mapas de pessoal, o número de pessoas, etc., até porque a Portaria só foi publicada a 30 de março sendo que foi tudo coordenado com o próprio Ministério, com a DGEstE, pelo que só fazia sentido fazer como foi feito, até colhendo a experiência e o erro, talvez até algum voluntarismo que outros municípios já tiveram isto foi combinado assim, o que revela planeamento e só desta forma as coisas fazem sentido; é a mesma coisa que estar a dizer "o senhor ainda não quer aceitar a transferência da Saúde, mas podia já pôr aqui as verbas que sabe", sendo que tal não faz sentido. Só depois de ter um documento em que se vai assinar um auto, como será assinado o da Educação não é obrigatório, mas vai ser feita uma transferência que será também trazida a reunião, sendo a partir desse momento, até que a deliberação dos órgãos ou dos eleitos que tiverem a competência para fazer isso, sem vir ao órgão, que se deve começar a cabimentar e a colocar em orçamento. Só faz sentido inserir por exemplo obras quando se conhecem as fontes de financiamento e existem acordos, por isso não se inserem de imediato todas as obras previstas no plano de mandato. A questão do PAICV estão também já devia estar previsto 6 milhões de euros, mas só ontem se soube que foi aprovado pela tutela e é necessário saber como será a distribuição, há obras que até vão ser feitas por um conjunto de parceiros locais. Sem ver um documento que diga "o senhor vai receber X em correntes e X desta forma", não se pode pôr esse plano e essa verba previsional no orçamento, porque tem de se identificar a fonte de financiamento, por exemplo se são fundos próprios ou fundos já contratualizados. Não se pode colocar o dinheiro todo e depois desviar para projetos para acomodar a transferência de competências. Da forma como as coisas estão feitas, considera o Sr. Presidente que se cumpre com o princípio da prudência e da legalidade para que todos os compromissos assumidos e contratualizados batam certo, quando forem para os órgãos para aprovação. Considera o Sr. Presidente que esta alteração como está feita, está clara do ponto de vista do que reforça, porque existem reforços e acertos que decorrem daquilo que é a questão do aumento dos custos de funcionamento de uma série de matérias, como o outsourcing, os resíduos, a eletricidade que continua a aumentar. O pessoal tem cada vez mais renováveis, mas a fatura continua a aumentar, de forma unilateral, levando até que alguns contratos se deitem abaixo, para depois se fazerem novos. Não há qualquer falta de planeamento, pois o mesmo está feito, estipula-se que vai haver mais uma ou outra revisão, é mais escrutinável e a Assembleia Municipal vai ter a oportunidade de escutinar e as verbas entram na altura que têm de entrar.

Considera que o modelo de transferências para as freguesias é um modelo de empobrecimento das Câmaras e não sabe se resolverá algo em termos de rapidez e capacidade de resposta; existem negociações, mas terão de existir alterações a contratos interadministrativos que já foram aprovados que vão passar a transferências próprias, respeitando as técnicas de construção do orçamento. É necessário justificar que vai haver uma receita ou que já se assinou um financiamento, existem obras que não se podem colocar enquanto o Tribunal de Contas não aprovar, mesmo que já se tenha contratualizado empréstimos. Não se trata só de opção política, do planeamento, porque também existem constrangimentos técnicos. Trata-se de um instrumento que tem de ser aprovado mesmo com as reservas que os Srs. Vereadores têm porque é fundamental para se trabalhar e depois avalia-se, posteriormente, se foi correta ou incorreta a opção tomada.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Roberto Cortegano. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Constituição de Comissão de Vistorias - Atualização.

PROPOSTA N.º DAU 01_08-22:

«Em resultado da reestruturação orgânica entretanto operada e consequente mobilidade de técnicos, bem como a alteração dos diplomas legais que preveem e enquadram a realização de vistorias a edificações e aos usos a instalar, entende-se pertinente proceder à atualização dos elementos que poderão constituir a Comissão de Vistorias.

Esta Comissão, que se pretende dotada de recursos humanos com competências técnicas necessárias ao adequado desempenho das suas funções – dando cumprimento aos requisitos legais estabelecidos e assegurando as condições de operacionalidade que obviem constrangimentos ou impedimentos ao seu regular funcionamento (como, por exemplo, a ausência circunstancial de algum técnico ou a realização simultânea de vistorias) – deverá ter uma composição efetiva de três elementos, elegíveis no conjunto de técnicos a nomear. Nas vistorias da responsabilidade de outras entidades, em que a Câmara Municipal seja chamada a participar, a representação far-se-á, em cada caso, de acordo com a solicitação respetiva.

O âmbito do exercício desta Comissão de Vistorias, que emana de diferentes quadros legais e a que corresponde uma significativa diversidade funcional, consistirá na realização das seguintes vistorias:

- a) Para efeitos de concessão de autorização de utilização, nos termos do disposto no art.º 65º do D.L. 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação em vigor;

- b) No âmbito do dever de conservação, nos termos do disposto no art.º 90º do D.L. 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação em vigor;
- c) Restantes vistorias que impliquem uma apreciação valorativa de carácter pericial, designadamente de acordo com o previsto no art.º 96º do D.L. 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação em vigor;
- d) Para efeitos de auditoria de classificação/revisão da classificação dos empreendimentos turísticos, a que se refere o art.º 38º do D.L. 39/2008, de 7 de março, na sua redação em vigor;
- e) Para efeitos de verificação do cumprimento dos requisitos aplicáveis aos estabelecimentos de alojamento local previsto no D.L. 128/2014 de 29 de agosto;
- f) As instalações de armazenamento e de instalações de abastecimento de combustíveis, gases de petróleo liquefeitos e outros gases derivados do petróleo, nos termos do disposto no art.º 12 do D.L. 267/2002, de 26 de novembro, na sua redação em vigor;
- g) No âmbito do controlo da atividade quando a Câmara Municipal seja entidade coordenadora, nomeadamente em instalações industriais, conforme previsto na b), do n.º 1, do art.º 71, do anexo ao D.L. 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação em vigor (Sistema de Indústria Responsável - SIR);
- h) Para efeitos do acompanhamento da entidade inspetora na realização de inspeções a ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, no âmbito do previsto nos artºs 7º, 8º e 10º do D.L. 320/2002, de 28 de dezembro, na sua redação em vigor.

Assim, para integrar a Comissão de Vistorias, **propõe-se** a nomeação dos/as seguintes técnicos/as:

- Rita Maria Marques Crespo – Engenheira Civil
- Carlos Alberto Oliveira Salgueiro – Engenheiro Civil
- João Duarte Carvalho Guerreiro – Engenheiro Civil
- Mário Manuel dos Santos Mendão Miranda – Engenheiro Civil
- Artur Jorge Pinho Duarte – Engenheiro Civil
- Gisela Fernanda Pedras Ferreira – Engenheira Civil
- Carlos Manuel Saraiva Dias - Arquiteto
- Ana Isabel Afonso Vilão – Arquiteta
- Elisabete Maria Duarte Lázaro – Arquiteta
- João Carlos Alves Horta - Arquiteto
- Cláudia Alexandra Romão Martins Pinto Barros Clark - Arquiteta
- Pedro Miguel Carvalho Chula – Arquiteto
- Helena Maria Guilherme Paninho – Arquiteta
- Ana Maria Madeira de Oliveira – Arquiteta

- Mário Arménio Costa Felício – Urbanista
- Gerard Maronda Farga – Arquiteto
- Sofia Del Carmen Pereira Barracosa Pais Garcia - Arquiteta
- Paulo Jorge dos Ramos Toledo – Arquiteto
- Carla Teresa Tardão da Silva Reis – Arquiteta
- Filipa Alexandra Matos Enes Bravo – Arquiteta
- Cristina Filipa Oliveira Couceiro - Arquiteta
- José Manuel Fernandes Anastácio – Fiscal Técnico
- António Joaquim Sá Gonçalves Henriques – Arquiteto
- Ricardo Jorge Oliveira Carvalheiro¹ – Engenheiro Civil
- Jorge Manuel Branco Martinho - Arquiteto
- Marisa Isabel Mateus Pereira – Arquiteta
- Catarina Alexandra Costa Miranda - Arquiteta
- Helder José Faia Cortez¹ – Arquiteto
- Carlos Alberto Gonçalves Rocha¹ – Arquiteto
- Jorge Pires de Moura¹ – Arquiteto
- Inês Maria Ferreira Fernando¹ - Arquiteta

¹ (pelo menos um destes técnicos, integrará sempre a vistoria que ocorrer na área de intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela para a realização do Mercado Caramelo.

PROPOSTA N.º DDET 01_08-22:

«Com organização da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e da Confraria da Sopa Caramela, terá lugar em Pinhal Novo, de 6 a 8 de maio, mais uma edição do «Mercado Caramelo».

A recreação deste Mercado assume-se como um evento que pretende conjugar a animação e a história envolvendo na sua organização Instituições e Movimento Associativo da freguesia, contribuindo para a preservação e divulgação das tradições e identidades locais, tendo como principais objetivos a divulgação da Sopa Caramela, a dinamização do comércio tradicional e a promoção turística do Concelho de Palmela, através da sua gastronomia e identidade.

Este ano o evento retoma o seu modelo presencial completo, assegurando as regras emanadas pela DGS e oferecendo a diversidade de áreas que o caracterizam e na qual se incluem, entre outras, espaço de restauração, artesanato, atividades para público infantil e animação diversa.

Dada a importância deste evento no quadro da estratégia de desenvolvimento local e valorização do território e dos seus ativos turísticos, em particular para a freguesia de Pinhal Novo, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição de um apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela, no valor de 3.500,00 euros (três mil e quinhentos euros), como comparticipação municipal para a realização do Mercado Caramelo 2022.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Cedência temporária de domínio público: Mostra de Vinhos de Fernando Pó e Mercado Caramelo.

PROPOSTA N.º DDET 02_08-22:

«A Câmara Municipal de Palmela considera o associativismo um parceiro insubstituível no desenvolvimento e coesão do território.

Os eventos de promoção da economia local são um exemplo de realizações do associativismo, que têm um impacto direto no desenvolvimento do território e na manutenção da génese rural do nosso concelho. Ano após ano, estas iniciativas têm-se consolidado como grandes montras para a apresentação da produção local, sobretudo do setor primário, recorrendo à utilização de espaços privados, bem como do espaço público, para onde mobilizam grande número de visitantes.

Iniciativas como a Mostra de Vinhos de Fernando Pó e o Mercado Caramelo fazem parte do calendário das festividades locais e constituem espaços de oportunidade para a promoção e valorização dos recursos endógenos.

Para a realização destes eventos, as entidades recorrem à utilização de espaços privados e públicos. A utilização do espaço público tem múltiplas utilizações, entre elas a instalação de estruturas de índole comercial, as quais representam também uma fonte de receitas para as entidades organizadoras.

Neste sentido e considerando:

- a) que estas associações realizam no Concelho iniciativas de promoção dos produtos locais, que registam um impacto importante para as comunidades locais e para as atividades económicas que promovem;
- b) que cabe à Câmara Municipal de Palmela apoiar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal;

- c) que as iniciativas necessitam, para a sua concretização, da utilização de espaço de domínio municipal;
- d) que a cedência de espaço de domínio municipal, público ou privado, se revela por isso um meio idóneo indispensável à normal realização das atividades;
- e) que as entidades promotoras assumem uma posição central na organização e planeamento do espaço de realização das iniciativas.

Propõe-se, em conformidade com o disposto na alínea u) n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Palmela delibere:

1. A cedência precária e gratuita de domínio municipal, identificada no final da proposta, dos prazos definidos e conforme planta do espaço em anexo, devendo igualmente os serviços municipais considerarem que, durante o período de cedência, e por razões de circulação e segurança, será desaconselhável, salvo motivos ponderosos, proceder a licenciamentos precários de ocupação de via pública junto das vias de acessos à área cedida e noutros locais de proximidade que aconselhem a mesma prudência.
2. Todas as cedências são deliberadas no pressuposto do cumprimento pela entidade beneficiária dos normativos aplicáveis ao evento/iniciativa, e designadamente assegurando, dentro da área objeto de cedência, a normal circulação de veículos de emergência e socorro, bem como a livre circulação de residentes e outros usufrutuários de edificações ou outros imóveis.
3. Iniciativas a apoiar nesta proposta de cedência:

Mostra de Vinhos em Fernando Pó – de 29 de abril a 1 de maio de 2022

Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó

NIF: 501 626 999

Zona de implantação: Planta n.º 1 - Rua da Sociedade | Fernando Pó

Período de cedência: 27 de abril a 3 de maio

Mercado Caramelo – de 6 a 8 de maio

Confraria da Sopa Caramela

NIF: 510 865 151

Zona de implantação: Planta n.º 2

Período de cedência: entre os dias 29 de abril e 12 de maio

- Jardim José Maria dos Santos;

- Bolsa de Estacionamento da Rua do Centro Social Paroquial;

- Rua da Estação Velha;
- Estacionamento da Praça da Independência;
- Rua da Estação Nova.

Período de Proibição de Estacionamento:

- Ruas do Centro Social e da Estação Velha, sitas no Largo José Maria dos Santos

Proibição de estacionamento permanente, a partir de 29 de abril até 2 de maio:

- Praça da Independência, sita no Largo José Maria dos Santos

Proibição de estacionamento permanente, a partir de 1 de maio até 10 de maio:

Períodos de Corte de Trânsito:

- Rua da Antiga Estação | Das 17h00 de dia 6 de maio, às 24h00 do dia 9 de maio;
- Rua de Olivença (rua do Centro Social)
- Das 10h00 às 24h00, nos dias 7 e 8 de maio | - Rua António Sérgio (incluindo viaduto)
- Das 14h00 às 19h00 de dia 7 de maio.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaço Público

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Acordo para transferência de Passagem Superior Pedonal ao PK 18+856 da Linha do Sul.

PROPOSTA N.º DASU_DIVEP 01_08-22:

«As crescentes exigências em matéria de transportes obrigam a sistemáticas intervenções que visam melhorar o desempenho e integração dos diferentes modos de transporte e, simultaneamente, elevar os respetivos níveis de qualidade, designadamente no que respeita à segurança, eficiência energética e impacto ambiental.

As passagens de nível (PN), são inequivocamente os componentes mais perturbadores do sistema de exploração ferroviária, gerando grandes pontos de conflito entre os seus utilizadores, sejam eles ferroviários, rodoviários ou pedonais, acabando por fomentar a insegurança nas deslocações efetuadas pelos seus utentes.

Assim, da preocupação com a segurança dos utentes decorrente da mobilidade em geral, nasceu a pretensão da eliminação das passagens de nível, que corresponde a uma preocupação antiga, quer da entidade gestora da infraestrutura ferroviária, quer dos diversos municípios, nomeadamente para o Município de Palmela, havendo diversos contactos entre ambas as entidades desde meados dos anos 90.

A publicação do D.L. n.º 568/99, de 23 de dezembro, alterado pelo D.L. n.º 24/2005, de 26 de janeiro, ao prever a elaboração de programas plurianuais de supressão de PN, repartindo a sua responsabilidade entre a REFER (à época), o IEP- Instituto das Estradas de Portugal (responsável pela rede rodoviária nacional, à época) e as autarquias locais que tivessem a seu cargo vias rodoviárias que incluíssem PN, trouxe maior relevância à questão do encerramento das passagens de nível. Atualmente a gestão das referidas vias é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal.

No âmbito das obras de modernização levadas a efeito pela então REFER, foi construída uma passagem superior de peões ao PK 18+856 da Linha do Sul (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -65.974,-117.342) aumentando as condições de segurança da Linha do Sul e melhorando as condições de mobilidade em Palmela, com especial relevância para o aumento de segurança das populações nas suas deslocações pedonais.

É do interesse do Município de Palmela manter, no domínio público municipal, a passagem superior de peões ao PK 18+856 da Linha do Sul, de modo a poder garantir a acessibilidade de todos os utilizadores.

Deste modo, foi elaborada uma minuta de acordo que visa definir as condições para a transferência da referida passagem inferior rodoviária para o domínio do Município, passando a integrar a rede rodoviária municipal.

Assim, **propõe-se**, ao abrigo do n.º 2, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro, da alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 24.º, do DL 280/2007, de 7 de agosto, a aprovação da minuta de acordo para a transferência da Passagem Superior de Peões ao PK 18+856 da Linha do Sul, anexa à presente proposta da qual faz parte integrante.»

Sobre a proposta de Acordo para transferência de Passagem Superior Pedonal ao PK 18+856 da Linha do Sul, numerada DASU_DIVEP 01_08-22, intervém:

O **Sr. Presidente** refere que se trata de mais um equipamento, uma infraestrutura construída pela extinta REFER e que, ao longo destes anos tem vindo a ser questionada quanto à sua integração no domínio público municipal. Chegou-se finalmente a acordo, mas isto nunca traz grandes benefícios; traz mais encargos e dores de cabeça, mas, de facto, é o Município quem tem melhores condições para ir fazendo a conservação deste equipamento. Mais dores de cabeça para a iluminação do espaço, da limpeza e da sua conservação. Tratando-se de uma passagem

superior que visa possibilitar a circulação em segurança, faz sentido que sejam os Municípios, embora estes se queixem porque nunca foi feito de acordo com opções técnicas de projeto, durabilidade de materiais, etc, sobra para o Município, mas tem de ser.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Gabinete de Projetos Socioeducativos

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro à Escola Secundária de Palmela – Projeto Cultural de Escola / Plano Nacional das Artes.

PROPOSTA N.º DECS_GPS 01_08-22:

«O Projeto Cultural de Escola “Património, Artes e Cidadania”, da Escola Secundária de Palmela, integra o Plano Nacional das Artes/PNA, desde 2020.

Instituído pelos Ministérios da Cultura e da Educação, para o horizonte temporal 2019-2029, o PNA é alicerçado nas orientações da UNESCO para a Educação e Cultura, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Tem como um dos seus principais objetivos, capacitar o sistema educativo para que a educação artística seja um instrumento para o desenvolvimento de competências do Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória.

Suspenso durante cerca de dois anos, devido à pandemia COVID-19, o Projeto “Património, Artes e Cidadania” retoma, no presente ano letivo, o seu plano de ação, assumindo a educação artística como estratégia de aprendizagem. A partir do tema “Aristides de Sousa Mendes e os Direitos Humanos”, assume como principal objetivo educar para a cidadania através da formação de jovens cidadãos conscientes e interventivos, dentro e fora da escola, através das artes e do património cultural.

Palmela, enquanto Município Educador, promove uma política educativa ampla que inclui todas as formas de educação formal, não formal e informal. Por outro lado, os processos artísticos e criativos, permitem alargar o campo das aprendizagens a uma multiplicidade de linguagens e vivências que possibilitam um crescimento no sentido da cidadania e da humanidade.

Neste sentido, é reconhecida a importância e o valor educativo do projeto Cultural de Escola “Património, Artes e Cidadania”, pelo seu carácter excecional, transformador e transdisciplinar e pelo envolvimento/articulação com os diferentes agentes associativos locais, numa lógica de abertura da Escola à Comunidade.

Face ao exposto, ao abrigo do disposto nas alíneas d) e e), do n.º 2, do artigo 23.º, e das alíneas r), e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição do apoio financeiro, no valor de € 380,00 (trezentos e oitenta euros), à Escola Secundária de Palmela para o desenvolvimento do seu projeto Cultural de Escola, integrado no Plano Nacional das Artes, "Património, Artes e Cidadania".»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Escola Secundária de Palmela – Projeto Cultural de Escola / Plano Nacional das Artes, numerada DECS_GPS 01_08-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** pede escusa da votação da proposta em apreciação, tendo este pedido sido aceite pelo **Sr. Presidente**.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 10 – Transferência de competências no âmbito da Educação – Delegação de competências nas/os Diretoras/es dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas.

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_08-22:

«A transferência de competências da administração central para os órgãos municipais, operada pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e efetivada com o Decreto Lei nº 21/2019, de 30 janeiro, desenvolve e concretiza os princípios da subsidiariedade, da autonomia administrativa e financeira das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no nº 1 do artigo 6º e no nº 1 do artigo 235º da Constituição da República Portuguesa, e reconhecidos com a instituição do Poder Local Democrático.

No entanto, o exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da educação é uma realidade desde 1984 e tem sido um dos fatores decisivos na melhoria da escola pública, no reforço de apoio e complementos educativos e na promoção do sucesso escolar ao longo deste tempo.

De destacar que, em Palmela, a Câmara Municipal tem, ao longo das últimas décadas, priorizado fortemente o investimento na educação, na construção, manutenção e conservação dos edifícios escolares, dotando-os das valências necessárias ao desenvolvimento qualitativo da educação e ensino, e requalificando os seus equipamentos educativos.

Importa, ainda, referir que a intervenção deste Município em matéria de educação não se tem limitado às ações relativas ao exercício das suas competências legais e disso são exemplo os projetos socioeducativos, a organização dos serviços de ação social escolar, sempre com uma perspetiva de discriminação positiva, favorecendo os alunos e as suas famílias, no intuito de contribuir para o sucesso escolar e igualdade de oportunidades.

Em momentos prévios, no ano de 2008, a Câmara Municipal de Palmela não aderiu à celebração de contrato de execução com o Ministério de Educação e, em 2019, 2020 e 2021 deliberou recusar a contratualização de novas competências, por considerar que não estavam reunidas as condições para a sua aceitação, pelas inúmeras dúvidas e questões que ficaram sem esclarecimento, tendo então formalizado a sua posição.

Contudo, não dependendo mais de aceitação, a assunção das competências previstas no Decreto-Lei nº 21/2019 concretiza-se efetivamente a partir de 1 de abril de 2022, de acordo com a prorrogação estipulada pelo Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto.

Tendo em conta o estipulado neste diploma, são transferidas para a Câmara Municipal competências ao nível do planeamento, gestão e apoios, realização de investimentos, de conservação e manutenção relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, a que acrescem, ainda, as várias competências já exercidas pelas Câmaras Municipais ao nível da rede pública da educação pré-escolar e do ensino básico.

O exercício destas competências será concretizado através de um modelo de implementação misto.

A Câmara Municipal de Palmela assegurará diretamente as competências a nível de instrumentos de planeamento - Carta Educativa, Plano de Transportes Escolares e Conselho Municipal de Educação - e de investimento na construção, requalificação e modernização de edifícios escolares e equipamento, dependendo estas últimas competências de publicação de diploma e de financiamento específico.

A Câmara Municipal de Palmela assegurará, diretamente, de igual modo, a gestão e apoios para complementos educativos, como refeitórios escolares, leite e transportes escolares, dadas as vantagens numa gestão única e de escala, bem como a gestão de pessoal não docente em matérias como recrutamento e processamento de vencimentos.

Assim, considerando:

- A obrigatoriedade de assunção das competências delegadas, na área da Educação, na Câmara Municipal, a partir do dia 1 de abril de 2022;
- Um conhecimento direto e profundo que os órgãos das escolas têm da sua realidade bem como a nossa convicção de quem melhor conhece e gere a escola é a própria escola;

- A necessidade de agilizar procedimentos, promovendo a sua eficácia e rapidez de resposta face à proximidade, e considerando a formação especializada e a capacidade de maior envolvimento e trabalho colegial em decisões adequadas ao contexto, por parte dos órgãos da escola;
- A possibilidade de delegação de todas as competências previstas no referido decreto-lei, salvo indicação em contrário, nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, conforme estabelecido no número 1 do artigo 4º do mesmo diploma, na sua atual redação;

propõe-se, ao abrigo do n.º 1 do art. 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, que a Câmara Municipal de Palmela **delibere**:

A. Delegar nos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas as seguintes competências:

1. Agrupamento de Escolas de Palmela, Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos e Agrupamento de Escolas José Saramago
 - a) Ação Social Escolar (após publicação de diploma próprio, conforme art. 34º), que abrange desde a educação pré-escolar ao ensino secundário – art.33º e 34ª;
 - b) Escola a tempo inteiro, que contempla Atividades de Animação e Apoio à Família, Componente de Apoio à Família e Atividades de Enriquecimento Curricular - art. 39º, 40º e 41º;
 - c) Conservação e manutenção do edifício escolar do 2º e 3º ciclos- art.32º e 67º;
 - d) Fornecimento e serviços externos – art. 46º;
 - e) Utilização dos espaços fora do período das atividades escolares, excetuando a cobrança da receita pela cedência dos espaços – art. 47º;
 - f) Segurança dos equipamentos educativos – art. 49º;
2. Escola Secundária de Palmela
 - a) Ação Social Escolar (após publicação de diploma próprio, conforme art. 34º) – art.33º e 34º;
 - b) Conservação e manutenção dos edifícios escolares - art.32º e 67º;
 - c) Fornecimento e serviços externos– art. 46º;
 - d) Utilização dos espaços fora do período das atividades escolares, excetuando a cobrança da receita pela cedência dos espaços – art. 47º;
 - e) Segurança dos equipamentos educativos – art. 49º;
3. Escola Secundária de Pinhal Novo (equipamento educativo da Parque Escolar, E.P.E.)
 - a) Ação Social Escolar (após publicação de diploma próprio, conforme art. 34º) – art.33º e 34º;
 - b) Fornecimento e serviços externos– art. 46º;
 - c) Segurança dos equipamentos educativos – art. 49º.

B. Dar conhecimento aos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da presente deliberação, vertendo os seus termos e efeitos para documento escrito a assinar entre as partes.

A delegação de competências, ora proposta, poderá ser revogada ao abrigo do disposto na alínea a), do artigo 50º do Código do Procedimento Administrativo, bem como poderá ser decidida a avocação de qualquer processo ou assunto, nos termos no n.º 2. do artigo 49º do Código de Procedimento Administrativo. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for devolvido ao delegado deverá este abster-se de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente.»

Sobre a proposta de Transferência de competências no âmbito da Educação – Delegação de competências nas/os Diretoras/es dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, numerada DECS_DE 01_08-22, intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que este documento faz, como seria obrigação, a descrição muito pormenorizada daquilo que efetivamente vai ser o modelo de delegação de competências também nos diretores e como será feita esta gestão conjunta.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que se trata de um documento com muito detalhe, bem construído, trabalhoso. Pretende colocar questões relacionadas com alguns dos cenários propostos pela Câmara Municipal. Refere que no ponto 2.2., da manutenção, não há referência nenhuma a transferência de verbas específicas para a matéria específica da manutenção pelo que se entende que deverá estar incluída no conjunto da verba que é dedicada à conservação, ou seja, nos 80 mil euros. Questiona se não há verba destinada à manutenção pois verifica-se que atualmente, na maior parte das áreas, não há contratualização por parte do Ministério da Educação, sendo que os Agrupamentos de Escolas têm recorrido ao seu sobre o próprio orçamento para fazer face a algumas despesas inerentes; se a Câmara escolhe o cenário dois da transferência da verba para gestão direta pelos diretores à partida, sabe-se que depois como é dito que “no seguimento de informação recolhida, tendo em conta que inclui manutenção de edifícios, esta verba de 20 mil euros por ano não será suficiente para dar resposta a estas reparações essenciais”, sendo sugerido que, posteriormente, a Câmara poderá equacionar fazer uma gestão global com um único contrato a partir do ano de 2023/2024 para cada um dos espaços das cinco escolas. Questiona o Sr. Vereador se, sabendo à partida que a verba não vai chegar, qual o motivo pelo qual se “atira” este problema para cima dos diretores das escolas e por que motivo não fica já a Câmara em 2023/2024 de forma a conseguir que o orçamento depois chegasse para todas as reparações necessárias. Outro ponto que o Sr. Vereador salienta é o ponto 4 que de “circuitos especiais de transportes”, que se destinam a alunos individualizados, abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão. Na situação atual tanto cabe ao agrupamento escolar, ou Escola Secundária a contratualização dos serviços de circuitos especiais para estes alunos. A Câmara sugere o cenário dois que é optar por contratualizar um único

contrato a partir do início do próximo ano. Questiona se esta não será uma questão em que a própria escola, as próprias escolas, os próprios agrupamentos não teriam mais sensibilidade e mais proximidade com cada um dos casos, com os alunos com necessidades especiais e saberão talvez gerir isto de uma forma mais dedicada a cada um; é a sua opinião, até porque o documento destaca que o “número de alunos abrangidos por este apoio varia de ano para ano, sendo que a informação só é conhecida no início de cada ano letivo”. Deixa este ponto como sugestão.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Vereador Roberto Cortegano está legitimamente a fazer referência a questões que constam na informação técnica que precedeu a proposta e o que está na proposta já não tem cenários; tem uma opção por um cenário e a informação técnica foi feita pelos técnicos para ser discutida com os eleitos e com as escolas; pede desculpa pela interrupção mas esclarece que o que consta dos documentos foi aceite e contratualizado com as direções das escolas sendo dadas as explicações às questões colocadas. Quando é referido cenário 1 e cenário 2 trata-se da informação técnica, devendo assim ser discutido o que está na proposta.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que devem ser discutidos os cenários que a câmara escolheu senão não estaria ali para votar a favor ou contra ou o que fosse. Coloca também uma questão acerca da escola a tempo inteiro e que se prende com o cenário 4 em que a Câmara delega em cada diretor dos agrupamentos escolares a competência de atividades para tempo inteiro das AEC's, das AAF's e na situação atual “a Câmara Municipal promove as AAF's nos jardins de infância da rede pública desde o ano letivo 2006/2007, partilha responsabilidades com os agrupamentos de escola e educadores titulares do grupo, recorre a concurso público para a adjudicação deste serviço ou então a contratação in house através da empresa municipal da Palmela Desporto. No caso das CAF's e AEC's a responsabilidade é dos próprios agrupamentos escolares que articulam com Associações de Pais que contratualizam com empresas da área, isto é a situação atual sendo que agora passa para o cenário 4, ficando definido passar a ser agora a Câmara Municipal a delegar nos diretores dos agrupamentos escolares esta competência, ou seja tudo com o que se refere à escola a tempo inteiro com transferência da verba para o efeito, contudo, propõe-se que na delegação de competência para os diretores esta matéria da atividade física, desportiva e motricidade deve continuar a ser assegurada pela Palmela Desporto para a totalidade das AEC's e AAF's. Questiona o motivo pelo qual passa a ser uma competência dos diretores de agrupamentos escolares a verba destinada e depois terão de optar sempre pela Palmela Desporto e não poderão, como até aqui, articular ou adjudicar este serviço a outras empresas. O Sr. Vereador questiona qual o motivo para passar apenas para a Palmela Desporto, questiona também se esta vai fazer preços mais baratos para cada uma das modalidades, se está alguma coisa prevista porque esta alteração suscita-lhe curiosidade.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** refere que conforme já foi referido pelo Sr. Presidente, efetivamente todas estas discussões foram sobejamente debatidas com os diretores dos agrupamentos de escolas e com as duas escolas secundárias e este modelo misto como aqui refere, foi de facto decidido entre todos; mesmo posteriormente, depois destas decisões, foram

tidas várias reuniões práticas com estas pessoas e a Sra. Vereadora solicita a ajuda da Dra. Fernanda Rollo, eventualmente da doutora Isabel Soares para melhor responder às questões práticas e que levaram à elaboração desta proposta.

Por solicitação da **Sra. Vereadora Maria João Camolas**, intervém a **Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social, Dra. Fernanda Rôlo**, que presta as seguintes explicações:

Relativamente à questão da informação técnica, o que o Sr. Vereador esteve a ler e a tratar foi a informação técnica que serve de suporte a estas decisões; a informação técnica problematiza uma série de questões que são depois debatidas e há uma conclusão final. A parte final da informação técnica tem as propostas que efetivamente se efetivam com um quadro que resume essas propostas; o que efetivamente foi decidido e aquilo que tem sido debatido com os agrupamentos, com os diretores dos agrupamentos e com os diretores das escolas secundárias tem sido esse quadro resumo e depois chegou-se a esta proposta final que vem hoje a reunião de Câmara. O que vem hoje à reunião de Câmara é a proposta final daquilo que tem sido conversado, analisado e discutido com os agrupamentos. Essas questões que teve a referir, por exemplo, como a questão da Palmela Desporto são situações que estão a ser conversadas com os agrupamentos, mas isso não ficarão como situações definitivas, são situações que na construção das propostas, porque os próprios agrupamentos de escolas e neste caso as escolas secundárias não estão envolvidas, serão construídas, por exemplo as questões da escola a tempo inteiro sendo visto com cada um dos agrupamento, podendo até existir modelos diferentes, porque isso depende da realidade de cada um deles; em relação à questão das verbas para as manutenções efetivamente de início existia uma informação em relação àquilo que estaria envolvido naquilo que é a conservação que depois se concluiu - até com a participação do próprio delegado regional que deu exemplos muito concretos do que é que ainda ficava no Ministério - tudo o que são pequenas conservações está efetivamente nestes 20 mil euros assim como as manutenções, por exemplo, manutenções da avac, de ar condicionado, do elevador se existir, mas tudo o que seja situações de maior dimensão em termos de verbas, tudo isso ainda se mantém no Ministério, na dgest até à saída da tal Portaria que a legislação refere, em que serão definidos os investimentos para a modernização, a ampliação e até a construção de novos equipamentos educativos.

O **Sr. Presidente** refere que até a fórmula pode vir a dar valores diferentes por escola ou agrupamento.

Volta a usar da palavra a **Dra. Fernanda Rôlo, Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social** que adianta o seguinte:

Concorda com a referência anterior do Sr. Presidente referindo que se trata de uma forma de financiamento que está a ser construída e que há-de ser depois publicada.

O **Sr. Presidente** refere que a intervenção da Palmela Desporto é uma instrução apenas para o cumprimento do resto do contrato; os diretores, depois, quando entenderem, até no âmbito das três componentes, fazer consultas ao mercado para determinadas atividades e para determinadas respostas vão encontrar outros prestadores de serviços, o que é preciso é que eles preencham os mesmos requisitos técnicos, científicos, de qualidade e outros para as atividades que se pretendem ali ministrar.

Novamente, intervém a **Dra. Fernanda Rôlo, Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social** que menciona o seguinte:

. As AEC's estão absolutamente definidas do ponto de vista de enquadramentos normativos, assim como as atividades de animação e apoio à família.

O **Sr. Presidente** refere que é quase uma questão de cedência de posição contratual e depois, a partir daí, quando se extinguir o contrato, venha quem vier.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Roberto Cortegano. Aprovado em minuta.

Ainda, relativamente à proposta de **Transferência de competências no âmbito da Educação – Delegação de competências nas/os Diretoras/es dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas**, designada por Ponto 10, intervém o **Sr. Presidente** para acrescentar que nesta matéria não se estava a votar a transferência de competências, mas aqui sim um modelo e aquilo que tem de se delegar nos diretores para que a transferência seja possível fazer-se sem interrupções; o Sr. Presidente refere que pretende a propósito deste assunto fazer uma manifestação dizendo que se trata de uma opção política e também de princípios. Sempre defendeu a autonomia e a gestão das escolas. Considera que retirar algumas destas competências aos diretores, que até já as faziam era um pouco contra o conjunto de princípios. Esta opção não é feita no sentido de "eles que façam, eles que trabalhem", mas sim porque se acredita num modelo que dê maior autonomia às escolas que, obviamente, terá de tem que ser acompanhado em sede de Conselho Geral, pela Comunidade que os eleitos representam, o que a comunidade espera do projeto educativo de escola, do seu modelo de gestão. Refere ainda que esta é a modalidade que, de certa forma, respeita o princípio da autonomia das escolas e não se quis retirar este poder também às direções.

PONTO 11 – Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Palmela para o quadriénio 2021-2025.

PROPOSTA N.º DECS_DE 02_08-22:

«Decorrente do atual mandato autárquico 2021/2025, e considerando o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 janeiro, no seu artigo 58º, impõe-se a necessidade de nomear os representantes que constituem o Conselho Municipal de Educação de Palmela, para o quadriénio 2021-2025.

A legislação que regula a constituição e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, transfere para as autarquias competências ao nível da educação e define o Conselho Municipal de Educação como a instância de coordenação e consulta que envolve os vários agentes locais, aos quais cumpre, entre outras funções, promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa e a análise e acompanhamento do funcionamento do sistema educativo.

Esta instância é composta por vários membros, alguns dos quais por inerência ao cargo que desempenham, outros que, por força da lei, indicaram os respetivos representantes.

Assim, na designação dos representantes das alíneas l) a s) foi dado cumprimento ao estabelecido no nº 3 e nº 4, do artigo 57º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro.

Face ao exposto, obteve-se a seguinte composição:

- a) Presidente da Câmara Municipal – Álvaro Balseiro Amaro;
- b) Presidente da Assembleia Municipal – José Carlos Matias de Sousa;
- c) Vereadora responsável pela Educação – Maria João Camolas;
- d) Presidente da Junta de Freguesia, eleito pela assembleia municipal em representação das freguesias do concelho – António Mestre;
- e) Representante do departamento governamental responsável pela área da educação – Orlando Silvestre Fragata;
- f) Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - Joaquim Sardinha (efetivo); Tiago Cruz (suplente);
- g) Diretora do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos – Maria Graça Pena;
- h) Diretor do Agrupamento de Escolas José Saramago – Faisal Aboobakar;
- i) Diretora do Agrupamento de Escolas de Palmela – Ana Ludovina Serra;
- j) Diretora da Escola Secundária de Palmela – Isabel Ramada;
- k) Diretora da Escola Secundária de Pinhal Novo – Isabel Catarino;
- l) Representante do pessoal docente do ensino secundário público - Maria João de Jesus Anes da Costa (efetivo); Ricardo Miguel Oliveira Calado Pereira Chumbinho (suplente);
- m) Representante do pessoal docente do ensino básico público: Mafalda de Jesus Pitaça Luna (efetivo); Graça Marília Chulo Machado (efetivo);
- n) Representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública: Isabel Maria Salvado do Carmo Godinho (efetivo); Rosa Maria Pereira da Cunha (suplente);
- o) Representante do conselho pedagógico do Agrupamento José Maria dos Santos: Carlos Saraiva (efetivo); Maria da Graça Bailador (suplente);

- p) Representante do conselho pedagógico do Agrupamento José Saramago: Eulália da Luz Fernandes Alves;
- q) Representante do conselho pedagógico do Agrupamento de Escolas de Palmela: Maria do Carmo Teodoro (efetivo); Florbela Teixeira (suplente);
- r) Representante do conselho pedagógico da Escola Secundária de Palmela: Nuno Gonçalo da Silva Garcez Malaquias Ferreira;
- s) Representante do conselho pedagógico da Escola Secundária de Pinhal Novo: Luís António Lagartixa;
- t) Representante dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário privado: Alexandra Dóris;
- u) Representantes das associações de pais e encarregados da educação: Pedro Paulino (efetivo); Sandra Rodrigues (efetivo); Mafalda Matos (suplente);
- v) Representante das associações de estudantes – a designar;
- w) Representante das instituições particulares de solidariedade social: Carlos Marques Taleço (efetivo); Carla Susana Rocha Portela (suplente);
- x) Representante dos serviços públicos de saúde: João Manuel Vilhena Diegues;
- y) Representante dos serviços da segurança social: Pedro Encarnação;
- z) Representante dos serviços de emprego e formação profissional: Luísa Oliveira (efetivo); José Luís (suplente);
- aa) Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto: Eduarda Marques (efetivo); Maria do Rosário Correia (suplente);
- bb) Representante das forças de segurança: Capitão Sabino Santana (efetivo); Cabo Nuno Felício (suplente);
- cc) Representante do Conselho Municipal de Juventude: Mourana Monteiro;

Face ao exposto **propõe-se**, ao abrigo do artigo 58º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 janeiro, que a Câmara Municipal de Palmela delibere submeter à Assembleia Municipal a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação para o quadriénio de 2021-2025.»

Sobre a proposta de Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Palmela para o quadriénio 2021-2025, numerada DECS_DE 02_08-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** refere que há uns anos largos já pertenceu a este Conselho, existem muitos representantes, e bem, uns como suplente, outros como efetivos, mas há outros que não têm indicação de suplente e, nomeadamente, há representantes de conselho pedagógico de escolas que apresentam suplentes e outros não. Não havendo a indicação, questiona se tal

impede que, em cada reunião, possa ir um suplente não indicado, como tal, dando o exemplo se a Sr. Vereadora responsável pela Educação não puder estar presente, pode ser substituída pela diretora.

O **Sr. Presidente** refere que não, a Vereadora é a Vereadora. O Presidente da Câmara pode delegar, essa matéria está nas delegações de competências, sendo este modelo um espelho da alteração legislativa que houve; não existem como se desejaria que fossem, quando os conselhos locais de educação foram criados há muitos anos em que era muito mais participado.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Intervenção Social e Saúde

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_08-22:

«Considerando que:

- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA) foi apresentada pela Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo uma candidatura a apoios municipais, visando a concretização da sua atividade, a aquisição de equipamento, bem como a realização de obras de conservação;
- através da promoção do movimento associativo da área da saúde, a autarquia, efetivamente, contribui para o desenvolvimento do seu papel preponderante na comunidade, da sua atitude participativa e responsável;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, a candidatura foi analisada, tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento ao que, após análise técnica corresponde a atribuição do montante de 2500,00€ para apoio à atividade e de um montante de 4215,00€ para investimento;
- o artigo 21.º do RMAA refere que “a concessão dos apoios constantes no presente regulamento fica sujeita e condicionada às disponibilidades financeiras aprovadas em orçamento municipal para o ano correspondente”;

propõe-se, ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro a esta Associação, num valor global de 5.000,00 € (cinco mil euros), sendo:

- 2.000,00 € (dois mil euros) para o desenvolvimento da sua atividade;
- 3.000,00 € (três mil euros), destinados à aquisição de equipamento e obras de conservação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 13 – Atribuição de apoio financeiro ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º DECS_DISS_02_08-22:

«Considerando que:

- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA) foi apresentada pelo Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes uma candidatura a apoios municipais, visando a concretização da sua atividade;
- através da promoção das associações de carácter social, a autarquia, efetivamente, contribui para o desenvolvimento do seu papel preponderante na comunidade, da sua atitude participativa e responsável na comunidade;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, a candidatura foi analisada tecnicamente, tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento;

propõe-se, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição do montante de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, destinado ao apoio às atividades anuais desenvolvidas pelo mesmo.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Saída da reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, ausenta-se da sala o Sr. Presidente.

O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Calha, assume o comando da reunião até ao regresso do Sr. Presidente.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 14 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2021.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_08-22:

«Na reunião do Conselho de Gestão da Empresa Municipal Palmela Desporto, de 28 de fevereiro último, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2021.

A prestação de contas desta empresa reflete a atividade desenvolvida, bem como os resultados financeiros alcançados durante o passado ano, os quais apresentam um resultado líquido negativo, no valor de €190.574,54 (cento e noventa mil, quinhentos e setenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos).

O exercício de 2021, a exemplo do ano anterior, foi muito condicionado pela situação pandémica que assolou o país, com a adoção de medidas restritivas que obrigaram ao encerramento dos equipamentos e das atividades desportivas, durante cerca de três meses, verificando-se depois uma retoma gradual e muito condicionada, o que provocou uma redução significativa no número de utentes e, consequentemente, originando uma quebra acentuada nos valores das vendas, comparativamente aos anos anteriores.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer, de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja o de aprovação dos documentos apresentados, os quais se encontram em anexo e fazem parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2021, numerada DCDJ 01_08-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que irão dar continuidade à posição tomada, apesar de admitirem que em 2021, com 4 meses e depois mais uns quantos meses de restrições, condicionaram os resultados da empresa. O equilíbrio da empresa é de tal ordem que, qualquer fator de desequilíbrio, se traduz nos resultados líquidos. A descida de receitas em termos de clientes foi à volta dos 38% o que representa mais ou menos 170 mil euros, aproximadamente. Se se somar um ligeiro aumento nos recursos humanos que vai continuar a acontecer à medida que as carreiras, uma vez que o painel de desporto, e bem, tem quase todos os seus funcionários a contratos sem termo e tem uma progressão de carreiras a um ritmo bem diferente do da restante autarquia. À medida que elas foram acontecendo e justamente para os funcionários vai

representando também aqui um custo maior, também da mesma forma que se quando se aumentar recursos humanos ou não, mas se houvesse necessidade fruto novos equipamentos também é outro fator que irá aqui contribuir. Bastaram dois fatores: recursos humanos e uma quebra de receitas que foi provocada pela pandemia, mas podia ser por outro motivo qualquer, sentia-se da mesma maneira, sendo que de seguida haverá aumentos das matérias-primas, nomeadamente, o gás a eletricidade que também irá ter o seu impacto, que em parte que ainda não se sente aqui devido à redução da atividade onde se gastou menos água, menos gás, menos eletricidade, ficando ligeiramente superior a 2020, porque também teve um acréscimo de atividade de 20 para 21, o que sugere e leva à mesma questão que se tem colocado da diversificação da área, a necessidade de se continuar a estudar para que a empresa não fique tão permeável e que o único instrumento de resposta que na realidade tem este equilíbrio de contas e o subsídio à exploração. Podem perguntar se 780 mil euros é muito dinheiro para investir na área, mas refere o Sr. Vereadora não acha e está só a seguir a lógica como a empresa municipal deve potenciar e deve ter como objetivos os melhores resultados possíveis que será dar à gestão da empresa mais trabalho e valências diversificadas que lhes permite fazer o equilíbrio aos constrangimentos que existem na área do desporto ou qualquer outra que fosse sendo esse o caminho que se estava a fazer em termos de uma discussão que até começou nesta sala, algo extremado, mas que já caminhava em conjunto, com pontos de vista diferentes, mas é nisso que está a riqueza da discussão, já se caminhava em conjunto e assente num estudo que apontou condições interessantes no período pós pandemia. Já aprovaram o plano de atividades para 2022, pronunciando-se no sentido de que existem limitações que leva a que não se façam análises mais estreitas e tem de ser dado o devido enquadramento. A receita caiu fruto da pandemia e os recursos humanos aumentaram, sendo que os outros fatores têm um peso que acabaram ficado mais ou menos na mesma, fruto da atividade cair que é as matérias-primas, energia, etc. O sentido de voto será a abstenção. Considera que o ano de 2022 é um ano fundamental para se concretizar porque se não acontecer o que vai acontecer é que à medida que houver algum acréscimo, algum imponderável à gestão que fuja ao espalhamento, à resposta que tem de dar, se surge um imponderável, o único equilíbrio possível é via subsídio à exploração. Pode-se melhorar, não há mal nenhum em gastar 1 milhão ou 2 nesta área, seria possível justificar no orçamento a dimensão de Câmara de Palmela 2 milhões de euros para desporto ou 3 ou fosse o que fosse, mas temos um modelo, temos uma empresa, quando olhamos para os resultados a única análise pode ser no sentido de melhor serviço e menos custo, tem de ser esta a abordagem, é nesse sentido que colocam a abordagem e têm a esperança que o diálogo, tal e qual como se iniciou e a extrapolação de novos caminhos e ideias que são fáceis de aferir se melhoram ou não, se são exequíveis ou não, nada se faz sem a experimentação porque no campo teórico conseguem-se todas as extrapolações, mas para um melhor serviço, que tem de estar assente na rentabilidade e da eficiência do mesmo, era útil retomar as sessões para a diversificação da atividade, até perceber se o caminho é por aí ou não. Considera que tudo o mais é explicável, os constrangimentos, as fases, o melhor que se consegue e às vezes até o

extrapola, lidou com uma série de condicionantes que ainda hoje em dia se fazem sentir porque o número de cliente não voltou e não vale a pena estar a pôr numa análise mais intrincada de resultados ou seja o que for porque ainda existem essas condicionantes, mas há um caminho para definir e os caminhos têm que ser dinâmicos como a vida.

Regresso do Sr. Presidente à reunião

Nesta altura, volta a dar entrada na sala da reunião, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que passa novamente a conduzir os trabalhos.

Continua a fazer-se a discussão sobre a proposta da Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2021, numerada DCDJ 01_08-22, com as intervenções que se seguem:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que a posição do PSD sobre a Palmela Desporto já é conhecida, dão opinião e, independentemente da análise das contas e dos resultados, defendem a administração direta pela Câmara; como se vê agora com a pandemia os resultados são negativos, tanto em 2021 e 2022, foi afetada pela pandemia, mas podia ter sido por outra coisa qualquer, e sempre que precisa de dinheiro, recorre a subsídios à exploração, a dinheiro da Câmara que é colocado na Palmela Desporto. Se se quiser usufruir de um serviço da Palmela Desporto paga-se a mensalidade para o que se quer praticar e ainda se paga para a Palmela Desporto sobreviver através dos impostos; paga-se, muito provavelmente, a preços acima do mercado pois encontra-se no mercado preços mais baratos para certas atividades que a Palmela Desporto pratica; não valendo a pena mais análise sobre as contas, refere o Sr. Vereador que a posição do PSD sobre a Palmela Desporto sempre foi conhecida e votará contra o relatório de contas.

O **Sr. Presidente** refere que conhece a posição do PSD, que é pela extinção da empresa, pelo despedimento dos trabalhadores, por uma série de coisas, baseando a sua análise em coisas completamente absurdas, porque recusa-se sequer a analisar os documentos, os estudos que já foram apresentados ao seu colega vereador, entre outras matérias, e utiliza um pouco essas tiradas, mas existe já pouca paciência também porque para se discutir, tem de se discutir numa base mais séria e com outros elementos. Felizmente na Palmela Desporto, ao contrário de outras empresas municipais criadas pelo PSD um pouco por todo o país, tem sido daquelas que sobrevive e o modelo não é diferente. Aconselha a ver a empresa municipal de Cantanhede, que também presta serviços na área da Cultura; questiona como é que essas empresas se financiam. Refere que o PSD provavelmente queria que este tipo de empresas se financiasse com estacionamento pago e com outras coisas do género. Está-se a analisar uma prestação de contas, de uma empresa que em contextos económicos difíceis, com aumentos sucessivos dos custos da energia, com fecho das instalações sem ter tido, ao contrário de outras empresas privadas, possibilidade de recorrer ao lay off, consegue, alargando a sua área de atuação de cada vez com mais atividades, com equipas de competição etc., ter as contas equilibradas e o Sr. Vereador do PSD

faz um discurso catastrófico acerca da empresa. O Sr. Presidente pede desculpa pelo desabafo, mas pede para se discutir coisas objetivas; se se considera que o subsídio à exploração é muito, o Sr. Presidente refere que consegue demonstrar como é que esse dinheiro é bem aplicado. Lança o desafio ao Sr. Vereador de explicar qual é o modelo alternativo e se sabe - e o Município sabe porque tem esses estudos feitos - quanto é que custaria internalizar todos esses serviços que a Palmela Desporto pode desempenhar com sucesso, com angariação de receita, com a angariação de publicidade, alguns desses serviços, se houvesse internalização desapareciam, porque o Município não tem enquadramento legal para fazer sendo este tipo de gestão que tem de ser feita, quando se sabe o que é uma empresa municipal. Pode-se discutir entre pares e com seriedade, se se pode alargar o objeto, se se pode encontrar outras formas de sustentabilidade financeira, e pode-se sendo já afinadas algumas questões, porém o PSD tem uma posição de princípio que não ajuda à discussão sobre isto, refere o Sr. Presidente que gostava que ajudassem porque se as pessoas estão aqui pela positiva, com uma posição construtiva era ajudar e dizer, "se empresa fosse gerida, etc." e assim se discutir o assunto. Objetivamente sobre estas contas, que o Sr. Presidente teve oportunidade de ver, tem de dar os parabéns à gestão da Palmela Desporto porque conduzir um barco daqueles, com este último ano que não foi fácil, os resultados são positivos.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere inicialmente que pretende primeiramente saudar o conselho de gestão, porque num ano tão difícil, com tantos condicionalismos, teve a capacidade de reajustar a intervenção da empresa, de se reinventar, de construir novos projetos que foram muito importantes para a comunidade. Refere também o Sr. Vereador, que, conforme já referido pelo senhor Presidente, quando se discutem estas questões é preciso discutir com objetividade, com clareza, com exigência, com rigor e na verdade o estudo que foi feito, em tempo oportuno, sobre a atividade da empresa, mostrou de uma forma muito clara, que o modelo de gestão que melhor serve o interesse público é precisamente este modelo que está em vigor. Refere ainda que se o PSD fosse Governo neste Concelho, os trabalhadores desta empresa teriam razões muito fortes, mas mesmo muito fortes, para ficarem preocupados, tal é a determinação ou a insistência na extinção da empresa sem olhar àquilo que são os vários modelos alternativos que foram estudados, e foram vários, mas aquele que foi apontado como o melhor modelo que serve o interesse público, é, precisamente, este modelo que tem estado em vigor. Refere também que concorda com aquilo que aqui foi dito pelo vereador Pedro Taleço de que é desejável que haja equilíbrio, que haja diversificação do objeto, aliás, era essa uma das premissas que estavam subjacentes no estudo que foi efetuado pela empresa, e julga saber, porque acompanha dentro do possível a área, que existe um conjunto de medidas que têm vindo a ser estudadas e brevemente serão implementadas no sentido dessa mesma diversificação que irá contribuir não só para o alargamento do objeto da intervenção da empresa, mas, sobretudo para prestar mais e melhores serviços de qualidade à população e é para isso que a empresa foi criada.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Roberto Cortegano, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Mara Rebelo e Pedro Taleço. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Cultura e Desporto

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 15 – Atribuição de apoio financeiro às Escolas no âmbito dos Jogos Desportivos Escolares 2021/2022.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_08-22:

«Desde o ano letivo 1989/1990 que a Câmara Municipal de Palmela coorganiza, com as Escolas Básicas do 2º e 3º ciclos e as Escolas Secundárias, o Programa Jogos Desportivos, programa de desenvolvimento desportivo orientado para o sistema educativo, que obteve o Prémio da Qualidade do Distrito de Setúbal em Serviços Públicos – AMRS 2009.

O Programa Jogos Desportivos contempla a Fase Intraescola, com a realização dos quadros competitivos internos de cada estabelecimento de ensino, a decorrer durante o 1º período letivo, bem como a Fase Inter-escolas com a realização de competições entre as escolas em dois momentos: um 1.º entre 4 e 8 de abril e o 2.º nos dias 9, 13, 14 e 15 de junho, decorrendo organizacionalmente das competências dos grupos disciplinares de Educação Física a calendarização, estruturação e realização dos diversos quadros competitivos de acordo com as infraestruturas desportivas dos estabelecimentos de ensino.

À autarquia compete assegurar a coordenação da iniciativa, garantindo os transportes, prémios e logística associada à realização das competições que não é possível garantir nos estabelecimentos escolares, bem como a atribuição de apoio financeiro, que tem como objetivo compartilhar os custos com a realização das atividades desportivas em cada escola.

Ao longo das trinta e uma edições, considerando que não foram realizadas as edições dos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021 devido à pandemia provocada pela COVID-19, milhares de alunos tiveram a possibilidade de praticar várias atividades físico-desportivas, vivenciar novas experiências e de se envolverem, salutarmente, no âmbito da prática desportiva, através das oportunidades que este programa proporciona.

Assim, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição do apoio financeiro global de € 3.000,00 (três mil euros), às entidades a seguir indicadas, com o objetivo de compartilhar os custos da organização dos Jogos Desportivos Escolares 2021/2022:

- | | |
|-------------------------------------|----------|
| - Agrupamento de Escolas de Palmela | € 600,00 |
|-------------------------------------|----------|

- Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos € 600,00
- Agrupamento de Escolas José Saramago € 600,00
- Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Palmela € 600,00
- Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Pinhal Novo € 600,00.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Bibliotecas e Património Cultural

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 16 – Preço de venda das Atas sobre Ordens Militares - Ratificação.

PROPOSTA N.º DCDJ_DBPC 01_08-22:

«Palmela organizou, de 12 a 19 de junho de 2019, através do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GESOS), o VIII Encontro Internacional sobre Ordens Militares, subordinado ao tema «Ordens Militares. Identidade e Mudança».

Esta iniciativa, impar a nível nacional e internacional, reuniu cerca de sete dezenas de especialistas em história das Ordens Religioso-Militares, provenientes de doze países, e em representação de várias dezenas de universidades, institutos, museus e centros de investigação.

Este ano, no decorrer do Curso sobre Ordens Militares, que teve lugar nos dias 18 e 19 de março no Cineteatro S. João, procedeu-se ao lançamento dos dois volumes das Atas desse Encontro.

A publicação das comunicações científicas apresentadas em cada um dos Encontros que decorrem em Palmela, desde 1989, configura-se como um importante momento de partilha e de incentivo para que novo conhecimento seja produzido no campo das Ordens Militares.

Esta obra coletiva, constituída por dois volumes, contou com o Alto Patrocínio de Sua Excelência O Presidente da República.

Tendo em consideração a data do Encontro e a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal em tempo útil, a aprovação do valor de venda ao público, do conjunto dos dois volumes das Atas, foi aprovado por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 18/03/2022 (em anexo e que faz parte integrante da presente proposta), em conformidade com a alínea e), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 3, do artigo 35.º, do mesmo diploma.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se** a ratificação do valor de venda ao público da publicação, objeto da presente deliberação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 17 – Atribuição de topónimo em Miraventos – Freguesia de Palmela.

Requerente: Joana Isabel Pereira Gomes. Processo: TOP-4648/2021. Local: Miraventos – Palmela. Requerimento n.º 4578/2021.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 01_08-22:

«Na sequência de um pedido de atribuição de topónimo e número de polícia, subscrito pela requerente Joana Isabel Pereira Gomes, a um arruamento sito em Miraventos, com início na perpendicular à Estrada Nacional, 252 (Estrada de Miraventos) e término sem saída, confrontando com terrenos particulares, identificado na planta anexa, verificou-se que o mesmo integra a rede viária municipal, mas ainda sem topónimo atribuído, pelo que é nossa intenção proceder à sua atribuição.

Por sugestão da requerente, com enquadramento nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do RTCP, a atribuição do topónimo proposto “Beco Quinta da Queimada”, foi considerada adequada e identitária, visando valorizar a identidade e a referência da memória local, muito importante para os residentes, garantindo assim uma clara identificação do local para efeitos de distribuição postal e particularmente nos casos de emergência médica e civil.

Auscultada a Junta de Freguesia de Palmela, conforme previsto na alínea ss) do n.º 1 do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na redação em vigor, veio a edilidade a 09-03-2022 a emitir parecer favorável ao topónimo proposto, “Beco Quinta da Queimada”, tendo o mesmo merecido, igualmente, parecer favorável da Comissão de Toponímia reunida a 24-03-2022, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 5º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP).

Face ao exposto, **propõe-se** a aprovação da atribuição do topónimo “Beco Quinta da Queimada” ao arruamento identificado na planta anexa, que faz parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do RTCP, e da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 18 – Atribuição de topónimos no Lau – Freguesia de Palmela.

Requerente: Junta de Freguesia de Palmela. Processo: TOP-78/05. Local: Lau – Palmela. Requerimento n.º 10467/05.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 02_08-22:

«Por iniciativa da Junta de Freguesia de Palmela foi recentemente reativada a proposta, já apresentada em 25/08/2005, para atribuição de vários topónimos, no Lau, que devido à insuficiência de infraestruturas e à fraca ou quase nula ocupação urbana ficaram, na altura a aguardar oportunidade de virem a ser apresentadas em momento oportuno e necessário, com prévia concordância da respetiva junta de freguesia:

- Rua Alberto dos Santos Figueiredo;
- Rua das Herdades;
- Rua da Lagoa;

No momento atual, face aos trabalhos de asfaltamento do arruamento designado por “Rua das Herdades” executado por esta Câmara Municipal, surge a oportunidade, por iniciativa da junta de freguesia, de reativar a proposta de atribuição de topónimos com o objetivo de se melhorar a identificação do local, tanto para orientação das forças de segurança como de serviços, e pela sua localização em zona de limite de freguesia, confinantes com a atual União das Freguesias de Poceirão e Marateca (UFPM), já com topónimos atribuídos, sendo considerada uma medida importante para a qualidade de vida da população local.

Neste contexto é proposta a designação de “Rua Alberto dos Santos Figueiredo” ao arruamento com início na Rua do Fandanguinho e término no limite da freguesia de Palmela, no sentido da Rua Caixinhas (UFPM); a designação de “Rua das Herdades” ao arruamento com início na Rua do Fandanguinho e término no limite da freguesia de Palmela, contíguo à Rua José Peixoto (UFPM) e a designação de “Rua da Lagoa” ao arruamento com início na Rua do Fandanguinho e término no limite da freguesia de Palmela, contíguo à Rua Manuel Carromeu (UFPM).

Por último e a título complementar, também por iniciativa da Junta, foi proposto para o arruamento no seguimento da Rua António Serafim, com início na Rua do Fandanguinho e término sem saída, a designação de “Beco Domingos Pedro”, a fim de completar a atribuição de topónimos na zona em causa.

Partindo a proposta da Junta de Freguesia de Palmela foi dispensada a consulta à edilidade, tendo a atribuição dos referidos topónimos merecido parecer favorável da Comissão de Toponímia reunida a 24/03/2022, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP).

Os referidos arruamentos integram a rede viária municipal, ainda sem topónimos oficialmente atribuídos, pelo que **se propõe** a aprovação da atribuição dos topónimos “Rua Alberto dos Santos

Figueiredo; Rua das Herdades; Rua da Lagoa e Beco Domingos Pedro” aos arruamentos identificados nas plantas em anexo e respetivas notas biográficas, que fazem parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do RTCP, e da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.»

Sobre a proposta de Atribuição de topónimos no Lau – Freguesia de Palmela, numerada DAU_DPUR 02_08-22, intervêm:

O **Sr. Presidente** questiona se foi escrutinado pelos serviços que essa parte do beco é efetivamente pública.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** responde, na sequência da pergunta colocada pelo Sr. Presidente, que sim.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 19 – Atribuição de topónimo em Terrim – Freguesia de Pinhal Novo.

Requerente: Maria Adelina Mendes Lemos Dinis. Processo: TOP-3744/2021. Local: Terrim – Pinhal Novo. Requerimento n.º 3569/2021.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 03_08-22:

«Na sequência de um pedido de atribuição de topónimo apresentado pela requerente Maria Adelina Mendes Lemos Dinis, a um arruamento sito no Terrim, com início no Caminho Municipal 1029, junto à zona de estacionamento do cemitério do Terrim e término na interseção com a Rua José da Cruz Coelho (Ti Zé Marques), identificado na planta anexa, verificou-se que o mesmo integra a rede viária municipal, mas ainda sem topónimo atribuído, pelo que é intenção da Câmara proceder à sua atribuição.

A atribuição do topónimo proposto “Rua do Cemitério do Terrim”, procura garantir uma clara identificação do local, muito importante para os residentes, particularmente, nos casos de emergência médica e civil.

Com enquadramento nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), tendo o topónimo sido proposto pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo, fica dispensada a consulta à edilidade, tendo a atribuição do topónimo merecido parecer favorável da Comissão de Toponímia reunida a 24/03/2022, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5º RTCP.

Face ao exposto, **propõe-se** a aprovação da atribuição do topónimo “Rua do Cemitério do Terrim” ao arruamento identificado na planta anexa, que faz parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do RTCP, e da alínea ss)

do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.»

Sobre a proposta de Atribuição de topónimo em Terrim – Freguesia de Pinhal Novo, numerada DAU_DPUR 03_08-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que conhece dois cemitérios no Pinhal Novo, o cemitério antigo e o cemitério novo. Não conheço nenhum cemitério do Terrim. Refere que estas coisas são sensíveis para a população e deixa o alerta à Câmara Municipal pois é a primeira vez que ouve esta designação.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que os cemitérios do Pinhal são da gestão da Junta de Freguesia, sendo esta uma proposta que emana da própria Junta. Abordou a questão ao contrário, no caso da Rua da ETARI pareceu-lhe que podia não ser esse o nome e até fez uma intervenção no sentido de acabar com essa designação que não valoriza o local. A procura de referência tem de ter algum tipo de valorização no nome e também na função de toponímia. Refere o Sr. Vereador que inicialmente também abordou a questão e estranhou de dar o nome de “Rua do Cemitério” e as pessoas vão morar para a “Rua do Cemitério”, mas percebeu que tinha partido das próprias pessoas em relação à localização do cemitério de Terrim; refere que já ouviu referências ao cemitério do Terrim por algumas pessoas dizendo que não existe nenhuma designação formal de cemitério novo e velho, nem sabe se haverá outro nome, questionando que nome se dá ao cemitério velho.

O **Sr. Presidente** refere que ao cemitério velho se pode chamar Cemitério da Cascalheira.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que é um ponto de vista.

O **Sr. Presidente** refere que o lugar da Cascalheira começa na zona da Confidente e, curiosamente, o Cemitério do Terrim está ao lado do Bairro da Cascalheira. Refere que a questão do Sr. Vereador Carlos de Sousa é pertinente, a explicação da Junta e do Sr. Vereador Pedro Taleço também, preferindo que o local se designasse por “Estrada do Terrim”, porque efetivamente assim foi e foi uma luta para a asfaltar e aquele era o lugar de entrada no Terrim; considera que a Comissão de Toponímia, que tem representatividade das Juntas, da Assembleia Municipal, dos correios, etc. se deve começar a refletir sobre algumas propostas e sobre o fundamento das mesmas.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que esta questão foi debatida, apesar dos pareceres da Junta não serem vinculativos, foram tomados como vinculativos no funcionamento da Comissão e tem ajudado nestas matérias, sendo que a Junta do Pinhal Novo apresentou uma fundamentação baseada na proximidade e nas aspirações dos residentes o que levou à sua aprovação. Admite o que o Sr. Presidente referiu até porque foi o primeiro a achar que o cemitério podia não ser a melhor designação para o nome da Rua.

O **Sr. Presidente** refere que é um facto por todo o mundo a atribuição de topónimos com base na proximidade de equipamentos, até porque já viu “Rua da GNR”, como há a “Rua da ETAR”, a “Rua do Pavilhão”.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o critério da proximidade é de facto um dos critérios, sendo referido que as pessoas tinham essa preferência por essa referência.

O **Sr. Presidente** refere que o importante é que as pessoas estejam de acordo; a toponímia tem vários objetivos: de invocação, de perpetuar factos, histórias, acontecimentos, pessoas, etc., mas também tem uma função utilitária. Se as pessoas ao irem ao cemitério do Terrim não se enganam, concorda, mas é importante ver melhor de futuro estas questões para não se ferirem suscetibilidades.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Carlos de Sousa. Aprovado em minuta.

Após a deliberação tomada, surgem as seguintes intervenções que ficam assim transcritas:

O **Sr. Presidente** refere que, ainda a propósito de toponímia, e porque não houve oportunidade de responder ao Sr. Vereador Roberto Cortegano, considera que a Comissão deve refletir com dois tópicos de preocupação, sem dúvida tratar-se-á da mesma pessoa, mas é normal, e ainda bem, embora o regulamento permita o mesmo topónimo por freguesia, sendo que é normal e até existem freguesias com Zeca Afonso, José Afonso, Doutor José Afonso, porque se pode complicar, por vezes também tem facilitado na distinção, embora hoje os três dígitos do código postal resolvam o problema. Mas como hoje alterar um topónimo e a repercussão que isso tem na documentação predial e na dos residentes é muito complexo e, eventualmente, fica aqui a sugestão para a Comissão de Toponímia e o senhor Vereador refletirem, pode-se ver com a Junta de Freguesia colocar entre parênteses “Padre Manuel Caetano”, é legítima a clarificação, mas alterar terá um impacto muito grande na documentação das pessoas.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a toponímia deve ter conteúdo pedagógico e é algo que deve ser abordado neste mandato até porque se têm esquecido dessa zona. A nota pode ser acrescentada, sem qualquer problema e permite-se aprofundar a toponímia com elementos geográficos, elementos históricos e bibliográficos. A toponímia tem apenas dois funcionários que acumulam outro trabalho com este da toponímia, uma das pessoas é a chefe de divisão e outro o Sr. Frederico Carmo, que é uma máquina da toponímia, e já se abordou a questão de melhorar o serviço, por exemplo, fazendo inquéritos de Rua.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

. Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela – O Sr. Presidente informa que vai realizar-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela no próximo dia 13 de abril, às 20.30 horas, nesta mesma sala (Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela).

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e vinte e três minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco